



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação de Psicologia - PPGSI

RAFAELLA BITENCOURT COSTA

AUTOPERCEPÇÕES DE “SER SURDO” NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Salvador
2023

RAFAELLA BITENCOURT COSTA

AUTOPERCEPÇÕES DE “SER SURDO” NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGSI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por Rafaella Bitencourt Costa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e do Trabalho.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elza Maria Techio

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Linha de Pesquisa: Cognição Social e Dinâmicas Interacionais

**Salvador
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837 Costa, Rafaella Bitencourt
Autopercepções de “ser surdo” no contexto universitário / Rafaella Bitencourt Costa, 2023.
85 f.: il.

Orientadora: Pro^a. Dr^a. Elza Maria Techio
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Psicologia social. 2. Surdez - Integração social - Brasil. 3. Identidade social.
4. Surdos – Educação – Brasil. I. Techio, Elza Maria. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 302



Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PPGPSI
Universidade Federal da Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação de Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

TERMO DE APROVAÇÃO

AUTOPERCEPÇÕES DE “SER SURDO” NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Rafaella Bitencourt Costa

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Elza Maria Techio (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas Torres
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Yuri Sá Oliveira Sousa
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 16 de agosto de 2023.

Dou fé

A handwritten signature in blue ink that reads "Elza Maria Techio".

Prof.^a Dr.^a Elza Maria Techio

Agradecimentos

Agradeço àquela criança surda, que sorriu e me abraçou no início da graduação, quando mostrei a ela o que era a Língua Brasileira de Sinais. Ela me mostrou um dos meus propósitos de vida: tentar construir pontes entre fronteiras e diferenças.

À minha família, em especial minha mãe, Luciane, meu pai, Henrique, e minha irmã, Bruna. Eles foram (e são) minha rede de apoio indispensável no processo de construção desta dissertação, por me darem suporte e incentivo para continuar mesmo em meio às adversidades, especialmente no período da pandemia do Covid-19.

Aos meus amigos queridos, por todo apoio, incentivo, conselhos e risadas nos momentos de dificuldade para realizar minha dissertação.

Aos encontros durante o percurso: aos colegas que fizeram parte dessa caminhada comigo e ao meu namorado e parceiro, João Ricardo, por todo amor ofertado e incentivo aos meus sonhos.

À minha orientadora, Professora Doutora Elza Techio, pela confiança depositada em mim, pelo apoio e orientação constantes, e por ter acreditado no meu potencial.

Ao intérprete Wagner, que se disponibilizou em dar suporte nas entrevistas e nas transcrições sempre que eu precisava.

Agradeço especialmente à Rafael Almeida, da Sorveteria Il Sordo, pela disponibilidade em me ajudar na captação de participantes para a pesquisa.

E um agradecimento muito especial aos surdos e surdas que participaram desta pesquisa, contando um pouco de suas memórias e ajudando a fazer pontes e história.

Dou fé.

Resumo

Historicamente, os surdos são uma categoria que é minoria social em relação aos ouvintes, sendo mais vulneráveis à atribuição de estereótipos negativos, com viés capacitista, e consequente preconceito e discriminação. Essas representações influenciam a formação do autoconceito do indivíduo a partir da consciência de pertença categorial. O presente estudo tem o objetivo de analisar através do ponto de vista das próprias pessoas surdas a identidade social a partir da auto-categorização, bem como, investigar as relações existentes entre a identidade da pessoa surda, e a estrutura social, composta por indivíduos que apresentam inúmeras dificuldades para se relacionar com as diferenças, estabelecendo barreiras - físicas e sociais. Partindo da crença de que a identidade social é construída nas interações sociais realizou-se cinco entrevistas narrativas episódicas com surdos, dois homens e três mulheres cujo objetivo foi mapear a trajetória e tomada de consciência da pertença grupal, e por conseguinte a identidade social de surdo. As entrevistas foram realizadas de forma online, devido ao momento da pandemia mundial da Covid-19, que exigiu distanciamento social. A análise das entrevistas foi feita através do método de Análise Temática, em que foram observados aspectos relevantes envolvidos no processo de construção da identidade social surda: os contextos em que a pessoa está inserida, o efeito da estrutura social majoritariamente ouvinte e os efeitos do capacitismo. Dentre os principais achados, a língua brasileira de sinais – LIBRAS – foi considerada um elemento central para a construção da identidade social surda. Também foi observado que atitudes preconceituosas e capacitistas estão associadas à identidade social negativa, e influenciam na autoconfiança das pessoas surdas, gerando sentimentos de preocupação diante de suas realidades e incidindo em diferentes estratégias individuais e coletivas de enfrentamento.

Palavras-chave: identidade social; (auto)categorização social; surdos; surdez; narrativas episódicas.

Abstract

Historically, the deaf have been a social minority compared to the hearing population, being more vulnerable to the assignment of negative stereotypes with ableist bias, and consequently, facing prejudice and discrimination. These representations influence the formation of the individual's self-concept from the awareness of categorical belonging. The present study aims to analyze through the point of view of deaf people themselves their social identity from self-categorization, as well as to investigate the existing relationships between the identity of the deaf person and the surrounding social structure, which is made up of individuals who have many difficulties to relate to the different and therefore establish physical and social barriers. According to the belief that social interactions construct social identity, five episodic narrative interviews were conducted with deaf people (two men and three women), aiming to map the trajectory and awareness of group belonging and, therefore, the social identity of deaf people. The interviews were conducted online due to the global COVID-19 pandemic, which required social distancing. They were analyzed using the Thematic Analysis Method to observe relevant aspects involved in creating deaf social identity: the contexts in which the person is inserted, the effect of the mostly hearing social structure, and the effects of ableism. Among the main findings, the Brazilian sign language – LIBRAS – was considered a central element for creating deaf social identity. It was also observed that prejudiced and ableist attitudes are associated with a negative social identity, and influence the self-confidence of deaf people, generating concern about their realities and affecting different individual and collective coping strategies.

Keywords: social identity; (self) social categorization; deaf people; deafness; episodic narratives

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1: Os surdos: breve contextualização histórica	9
1.1 O processo de inclusão do surdo no sistema educacional no mundo	12
1.2 O processo de inclusão do surdo no sistema educacional no Brasil	14
1.3 Identidade Social e suas implicações	16
Capítulo 2: O capacitismo e os processos identitários das pessoas surdas no Brasil	24
2.1 A surdez como deficiência	26
2.2 A surdez como diferença	27
2.3 Cultura surda e Comunidade surda	28
2.4 As identidades surdas	30
Capítulo 3: Caminhos metodológicos	33
3.1 Participantes	34
3.2 Instrumento	35
3.3 Procedimento de coleta de dados	35
3.4 Procedimento de análise de dados	37
Capítulo 4: Resultados e discussão	40
4.1 Categorização social	40
4.1.1 <i>Comparação intercategoria</i>	40
4.1.2 <i>Comparação intracategoria</i>	43
4.1.3 <i>Imagens do outro sobre o surdo</i>	47
4.2 Identidade social	51
4.2.1 <i>Vivências intragrupo</i>	51
4.2.2 <i>Vivências intergrupo</i>	57
4.2.3 <i>Sentimento de pertença</i>	61
4.2.4 <i>Ser surdo universitário</i>	63
4.3 Estratégias de enfrentamento	65
4.3.1 <i>Movimentos individuais</i>	65
4.3.2 <i>Movimentos coletivos</i>	67
Capítulo 5: Considerações Finais	70
Referências	72
Apêndices	80
Apêndice A: Guia para a Entrevista Narrativa Episódica	80
Apêndice B: Termo de Consentimento Informado	82

Introdução

Desde a antiguidade, idade média, até os dias atuais, pessoas com alguma deficiência, são associadas a “anormalidade” (Sasaki, 2013). Isso é mais evidenciado no panorama educacional, que historicamente é marcado por exclusão e opressão das pessoas com deficiência, retirando-as dos quadros sociais e da possibilidade de contar suas próprias histórias. Essa realidade educacional pode ser entendida como uma —ponta do iceberg‖ de um fenômeno social presente nos processos grupais, que associa categorias sociais, hierarquias e poder. Um fenômeno pautado nos processos sociocognitivos de categorização e auto-categorização social, nos estereótipos, preconceitos e discriminação que demarcam a autoconsciência de quem somos e de como nos posicionamos na sociedade (Tajfel, 1981).

O presente trabalho teve como objetivo analisar a identidade social de pessoas surdas por meio da consciência de pertencimento grupal, buscando compreender a trajetória dos processos identitários dos surdos no contexto universitário e mapear possíveis relações entre a identidade social surda, as crenças socialmente compartilhadas (estereótipos), e a percepção de situações preconceituosas vivenciadas. É importante ressaltar que o estudo foi desenvolvido considerando o ponto de vista dos surdos, mediante análise de entrevistas narrativas episódicas com participantes surdos. Considerando que a história dos surdos, em diversos âmbitos, na maioria das vezes não é narrada pelos próprios surdos, mas sim pelos ouvintes e, muitas vezes, desde um viés patologizante (Diniz, 2007), estudar o fenômeno considerando a perspectiva do alvo e suas narrativas é científica e socialmente relevante, uma vez que esse padrão é quebrado ao fazermos conexões com o universo dos surdos e se contribui para tornar essa realidade mais evidente. Além disso, ao realizarmos uma busca bibliográfica nas principais plataformas e sites científicos (pesquisas no site Google acadêmico e principalmente na plataforma Scielo), a surdez ou os surdos na perspectiva da psicologia social e especificamente a luz da teoria da identidade social, poucas referências são encontradas. Uma das inspirações para a realização desta dissertação foi a tese desenvolvida em 2003, pela pesquisadora Gladis Perlin, pessoa surda, principalmente devido à metodologia de coleta de dados, baseada em narrativas de pessoas surdas, buscando trabalhar suas diferenças e desmistificar rótulos.

Se levarmos em consideração a Pesquisa Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2021) realizada em 2019 que apontou para a existência de 2,3 milhões da população brasileira, com 2 anos ou mais de idade, com algum grau de surdez (1,1% da população total), o objeto deste estudo, dá visibilidade a esta população. Segundo esta pesquisa, 2,9% dos jovens brasileiros de 18 anos ou mais, com ensino fundamental incompleto, eram surdos. Além disso, foi observado

que entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade com grau moderado de surdez, apenas 22,4% sabiam LIBRAS. Já entre pessoas de 5 a 40 anos com grau mais severo de surdez, 61,3% sabiam LIBRAS. Levantamento efetivado pelo IBGE em 2022 aponta que somente 19,2% da população brasileira total consegue completar o ensino superior, e, apenas 7% dos surdos no Brasil têm ensino superior completo, conforme revela pesquisa do Instituto Locomotiva (2019).

A escolha de estudantes universitários para participarem desta pesquisa além de voz a esta categoria, é também uma forma de contrapor a ideia socialmente compartilhada de que as capacidades cognitivas dos surdos, associadas à linguagem e comunicação, são limitadas ou nulas, ideia baseada numa perspectiva biomédica (Diniz, 2007; Bisol & Sperb, 2010). Embora os dados nacionais indiquem um número inexpressivo e mínimo de surdos no ensino superior, o presente estudo pretende fortalecer o contexto inclusivo e expansivo da universidade, bem como, ser uma forma de transpor a palavra das pessoas surdas para os escritos acadêmicos, de maneira sensível aos olhares e perspectivas dos surdos, buscando construir espaço e produzir conhecimento na academia juntamente com os próprios surdos. Os surdos, marcados por um histórico de exclusão e opressão, aos poucos e com muita luta têm encontrado possibilidades para serem autores de suas próprias histórias e a universidade, enquanto espaço de inclusão, pode ser um meio para esses movimentos.

Neste trabalho utilizaremos, em geral, as nomenclaturas —surdos| e —surdez| para se referir ao público estudado, procurando aderir às normas sociais de inclusão e dos discursos recentes que reinterpretam a surdez como um fenômeno biopsicossocial, em vez de uma condição patológica. Dessa forma, o termo —pessoa com deficiência auditiva| passa a ser —surdol|, com algumas especificidades baseadas na cultura, identidade e linguagem, que serão destacadas durante a apresentação do trabalho.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. O Capítulo 1 apresentará a contextualização histórica sobre as trajetórias dos surdos na sociedade, destacando o campo educacional, além do embasamento teórico sobre identidade social. O capítulo 2 dará enfoque aos processos identitários dos surdos e aspectos sociais envolvidos, como o preconceito e os estereótipos, além dos tipos de identidades encontradas dentro da categoria. O Capítulo 3 descreve a metodologia utilizada na realização da dissertação, expondo os caminhos para execução das entrevistas baseadas em narrativas episódicas, seguidas de uma análise sistemática. O Capítulo 4 apresentará os resultados obtidos a partir das narrativas, juntamente com as discussões e interpretações feitas à luz do marco teórico.

Capítulo 1

1 Os surdos: breve contextualização histórica

Por muito tempo na história dos surdos, os protagonistas foram os ouvintes, em especial os professores, médicos, fonoaudiólogos, familiares, dentre outros, exercendo a função de tentar curar a deficiência auditiva, além de tentar encaixar o surdo sinalizante num modelo ouvinte e oralizado. Desde a antiguidade até os séculos XVIII e XIX, registra-se que pessoas que nasciam com deficiência auditiva eram vistas socialmente como impossibilitadas de desenvolver algum tipo de comunicação, visto que não se identificava a possibilidade da fala, ou melhor, de adquirir e fixar símbolos obrigatoriamente falados (Sacks, 2010).

No Egito Antigo, a partir de 2.500 a. C. encontram-se registros escritos, com evidências seguras, da existência dos modos de sobrevivência e de como eram tratadas as pessoas com deficiências da época (Garcia, 2011). Estes arquivos apontam que as pessoas com deficiência eram rejeitadas ou eliminadas da sociedade, devido a não aceitação das diferenças e a crença de que as limitações os tornavam incapazes. Na Roma Antiga, os registros indicam que bebês com deficiências costumavam ser abandonados na beira de rios ou em locais públicos, para serem adotados por famílias de escravos e de plebeus (Gugel, 2007).

Já na Grécia Antiga, pessoas ricas deveriam apresentar seus recém-nascidos ao Conselho de Espartanos. Esse conselho avaliava a funcionalidade e conformidade do bebê com os padrões físicos da época. Caso fosse determinado que não havia alterações significativas, a criança poderia permanecer com a família até os sete anos. Após esse período, o Estado assumia a educação das crianças e as direcionava para o exército (Garcia, 2011; Campos, et al, 2019). Quando a criança apresentava fisicamente algum indício de “anormalidade” e limitações, ela era entregue aos anciãos e jogada em um abismo, pois acreditava-se que não teria a força suficiente e necessária para se tornar guerreira (Silva, 1987). Além dessas situações extremas, na época da Antiguidade, em alguns casos, as pessoas com deficiência desempenhavam função de serviçais e, em outros, eram usadas na prostituição ou no entretenimento de nobres em circos (Silva, 1987; Gugel, 2007).

No caso das pessoas surdas, a perda auditiva é pouco visível, sendo uma deficiência notada tardiamente, principalmente no ato da comunicação. Não há evidências históricas que indiquem que a sobrevivência dos surdos nessa época dependia majoritariamente de fatores de força e resistência física, como ocorria em casos de deficiências motoras. Portanto, muitas vezes, bebês surdos não eram prontamente sacrificados na antiguidade, diferentemente de bebês que apresentavam deficiências físicas mais evidentes. (Padden & Humpries, 1996; Gugel, 2007;

Strobel, 2008). No entanto, em meados do período clássico da Grécia Antiga (século V a IV a.C.), o filósofo Aristóteles disseminava a ideia de que a aprendizagem se dava através do canal auditivo e que os surdos não tinham capacidade de expressar nenhuma palavra. Como resultado desta ideia, havia uma crença de que a pessoa surda não era capaz de raciocinar ou desenvolver plenamente a consciência humana (Strobel, 2009). Esta visão influenciou a imagem que se tinha dos surdos como sendo “ineducáveis, incapazes e estúpidos e com isto eles foram privados de educação e isolados da sociedade por quase dois mil anos” (Strobel, 2008, p. 82). A partir das crenças reforçadas por gregos e romanos no período da antiguidade, acreditava-se que as pessoas surdas não desenvolviam linguagem e não podiam desenvolver pensamentos, o que interferia na cognição e aprendizagem da parcela surda da sociedade, visto que não recebiam educação e estimulados o suficiente para adquirir um pleno desenvolvimento (Strobel, 2008). Esta é uma das perspectivas socialmente acolhida a respeito dos surdos até os dias atuais, apesar de mudanças ocorridas no decorrer dos anos em relação à forma de se perceber e de se tratar os surdos.

Apesar das privações dos seus direitos de se comunicarem e atuarem na sociedade, em alguns momentos da história, existiram movimentos em busca da redução das discriminações e opressões enfrentadas pelas pessoas surdas. Em 360 a.C., por exemplo, o filósofo grego Sócrates defendia o uso de sinais com as mãos e o corpo na comunicação dos surdos. Ou seja, uma comunicação através de outros sentidos, ao invés da fala: o olhar, os gestos, expressão facial e corporal (Strobel, 2009).

Com a ascensão do Cristianismo e da Igreja Católica, na Idade média (século V a XV d.C.), a sociedade é tomada por uma ideologia de caridade, amor ao próximo e compreensão da pobreza, princípios que contribuíram para o auxílio da parcela da população marginalizada, incluindo pessoas com doenças crônicas e com alguma deficiência física ou mental (Garcia, 2011). Além disso, devido a casamentos consanguíneos comuns na época, houve o nascimento de muitos surdos entre a nobreza. Isso levou o clero a se preocupar com a falta de participação dos surdos nas práticas religiosas, visto que não possuíam uma língua desenvolvida e, portanto, não podiam confessar e não frequentavam a Igreja. Uma das alternativas encontradas na época foi delegar a educação dos filhos surdos da nobreza às entidades religiosas que utilizavam sinais na comunicação devido ao voto de silêncio realizado nos mosteiros, oferecendo grande quantidade de dinheiro como pagamento (Lacerda, 1998; Reily, 2007). Importante destacar que os monges beneditinos da Itália, para manter o voto de silêncio, já se comunicavam obrigatoriamente através de sinais, sendo provavelmente os primeiros a utilizarem uma forma de alfabeto manual (Reily, 2007).

Ainda assim, uma parcela significativa da sociedade surda continuou sendo excluída, haja vista que não se encontrava na classe alta da época, nem podiam exercer a função de padre na Igreja (Silva, 1987). Além do que, persistiam crenças religiosas de que as deficiências eram punições divinas, potencializando as ações discriminatórias e de perseguição promovidas pela própria Igreja Católica em relação às pessoas com deficiência (Garcia, 2011). Se mantinha a ideia de que pessoas surdas, devido à dificuldade de se comunicarem oralmente, eram inferiores e não possuíam a capacidade de aprendizagem, logo, pensava-se que seria impossível aprender os dogmas religiosos e confessar seus pecados. Para além das privações de direitos educacionais e religiosos, os surdos eram negados em sua humanidade e privados de direitos humanos básicos. Eles eram impedidos de frequentar ambientes sociais, votar, casar, possuir bens, vivendo isolados tanto da sociedade quanto de suas próprias famílias (Strobel, 2009).

No fim da Idade Média e início do período renascentista na Europa, entre os séculos XV e XVII, houve um processo de mudança sócio-cultural que deu espaço para o reconhecimento dos valores humanos e avanços científicos, favorecendo, de certa forma, as minorias sociais (Garcia, 2011). Entretanto, havia ainda forte influência religiosa e imposições de métodos educacionais aos surdos, levando os monges e abades ouvintes a iniciarem a integração dos surdos na sociedade num viés ainda imperativo (Strobel, 2008). Nesse período, por exemplo, os monges também colocavam pessoas surdas para exercer trabalhos manuais nos mosteiros, contribuindo para a criação e manutenção de estereótipos que se apresentam até hoje na sociedade, como a ideia de que os surdos se concentram em suas atividades facilmente, já que não se distraem com barulhos, o que os associa ao trabalho braçal e à produtividade (Skliar, 1998).

É perceptível que as diferenças nas formas de viver dos surdos, de se relacionarem e de serem tratados pelos ouvintes sempre ocorreram relacionadas ao contexto sócio-histórico, religioso, educacional e aos processos de desenvolvimento de linguagem dos indivíduos e grupos. As novas concepções sociais relatadas, surgidas desde a Idade Média no campo religioso e educacional, influenciaram o restante do mundo, o que pode ser visualizado no sistema educacional criado na Europa, a partir do século XVI, e expandido pelo mundo. Neste período, se pregava a integração e socialização dos surdos através do acesso à língua oral, ao mesmo tempo em que eram asilados e segregados da sociedade, e colocados em escolas que tinham esta mesma função (Gesser, 2009; Oliveira et al, 2003).

1.1 O processo de inclusão do surdo no sistema educacional no mundo

O pioneiro em estudar sobre a instrução, linguagem e educação de surdos foi o médico italiano Girolano Cardano, no século XVI, afirmando a necessidade e a possibilidade de que as pessoas surdas aprendessem a ler e a escrever, além de considerar ser possível que os surdos desenvolvam pensamentos e os expressem, ainda que através de gestos (Strobel, 2008). Esse foi um período em que foram criadas escolas para surdos, fazendo com que saíssem do estado extremo de marginalização na população europeia (Sacks, 2010).

Os pioneiros no trabalho de instrução de surdos foram Pedro Ponce de León e Juan Pablo Bonet, na Espanha, no século XVI, e posteriormente, em 1756, o abade Charles Michel de L'Épée, na França (Strobel, 2008; Sacks, 2010). Este abade, ao conhecer duas irmãs gêmeas surdas, que se comunicavam através de língua de sinais, passou a estudar a língua e a manter contato com indivíduos surdos em condições sociais desfavorecidas e moradores de rua. Assentado neste saber, ele criou uma metodologia de ensino combinando essa língua de sinais originária dos surdos e a gramática francesa. A partir deste momento, passou a ensinar os surdos e a treinar professores em sua própria casa, que foi transformada em uma escola gratuita para surdos. Foi assim que o abade fundou o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris (Strobel, 2008; Sacks, 2010). Instituto que recebeu muitas críticas dos defensores da metodologia oralista de educação dos surdos.

Tal foi a importância do abade L'Épée para os surdos, que Sacks (2010), em determinado momento, enaltece a “mente grandiosa” e a humildade de De l'Épée em prol da aprendizagem das pessoas com deficiência auditiva e considera que, daí em diante, a situação dessas pessoas progrediu imensamente. Ainda que este movimento de fundação de uma escola para surdos seja uma atitude de maior empatia para com os surdos, pelo menos no panorama inicial, pode-se perceber certa supremacia da categoria ouvinte nas histórias dos surdos e na condução da educação, o que interfere na construção de suas narrativas e identidades.

Mesmo com os avanços na inclusão Gesser (2009) aponta que, durante muito tempo, os surdos foram privados de se comunicar através da língua de sinais, sua língua natural, principalmente nos ambientes educacionais, onde chegavam a ter as mãos amarradas e eram castigados fisicamente. Apesar destas proibições e punições, a comunicação entre surdos continuava acontecendo, ainda que de forma escondida. Dentro desse contexto proibitório os surdos encontraram estratégias para preservar sua cultura e identidades, formando grupos dentro das instituições, onde passaram a se identificar como pares comuns, valorizar e disseminar sua língua (Padden & Humphries, 1988; Gesser, 2009).

Exemplo do poder do ouvinte sobre as decisões referentes ao uso da linguagem em libras ocorreu em congressos desenvolvidos nas últimas décadas do século XIX. Primeiro Congresso Internacional para Melhoramento das Condições dos Cegos e Surdos-Mudos, ocorrido em Paris, em 1878, onde já havia um debate entre um grupo de educadores defensores do oralismo e outro que defendia o uso da língua de sinais na educação dos surdos (Hugentobler & La Rochelle, 1885). Em estudos de documentos referentes a esse evento nota-se que “a constituição da verdade oralista se deu de modo complexo e entre resistências por parte dos defensores das línguas de sinais” (Rodrigues & Vieira-Machado, 2019). Nesse primeiro congresso, a partir das demandas e resistências dos surdos em aceitar o método oral puro, foi adicionada à metodologia a língua de sinais como ferramenta auxiliar na educação dos surdos (Hugentobler & La Rochelle, 1885). Entretanto, a documentação referente ao Primeiro Congresso Internacional para Melhoramento das Condições dos Cegos e Surdos-Mudos se tornou acessível a um grupo maior anos depois do evento, quando foi publicada “em uma revista que não mais circula” (Rodrigues & Vieira-Machado, 2019). Esse acerto feito no primeiro momento, de associar a língua de sinais à oralidade, não foi cumprido, não se abria espaço na sociedade para que os próprios surdos decidissem sobre sua educação, e o oralismo foi sendo imposto aos surdos.

Sendo assim, a imposição do pensamento da maioria ouvinte e da aplicação de signos criados pelos ouvintes vai culminar no Congresso de Milão de 1880, onde foi debatido e estabelecido que o método de ensino oral puro era superior aos outros, sendo elegido como a forma mais adequada de instruir e educar as pessoas surdas. Foi decidido que qualquer tipo de manifestação gestual pelos surdos estava proibido, por serem consideradas prejudiciais ao ensino da língua oral. Esse modelo educacional estava baseado em um viés patológico da surdez e os recursos educacionais formavam a “pedagogia corretiva”, visando a reabilitação do surdo a um padrão considerado adequado. Para atingir esse objetivo, havia repressão e opressão nas técnicas aplicadas, como fazer os alunos sentarem sobre as mãos, para impedir a comunicação com sinais (Oliveira et al, 2003). Segundo Perlin (1998), a exigência de que eles tivessem que aprender a falar oralmente naquele período oralista começou a influenciar suas personalidades e o desenvolvimento cognitivo e linguístico, fazendo-os se isolar da sociedade. Associada à repressão e como medida de enfrentamento às proibições, os surdos passaram a se organizar, a criar grupos e associações próprias, visando a socialização e o fortalecimento da categoria.

Após 20 anos do Congresso de Milão, ocorreu o Congresso Internacional para Estudo das Questões de Educação e de Assistência de Surdos Mudos, em Paris, 1900 (Hugentobler & La Rochelle, 1885). O chamado Congresso de Paris apresentou diferenças em relação aos eventos anteriores, principalmente pelo fato de ter ocorrido duas seções ao mesmo tempo, uma

de ouvintes e outra de surdos. O lado ouvinte era liderado por um médico, as discussões eram pautadas num viés patológico da surdez, e defendiam a utilização e aperfeiçoamento do método oral puro para educação de surdos. A discussão foi em torno da possibilidade de ensinar o método oral aos surdos que possuem diagnóstico de resquícios de audição, o que mostra a educação sendo pautada a um pensamento voltado para a clínica e a recuperação da deficiência. Acreditava-se que este caminho seria uma educação que encaminharia a população surda ao mercado de trabalho.

A seção de surdos do Congresso de Paris defendia a retomada da prática da comunicação através de sinais nas instituições, o que revela que possivelmente a linguagem através de sinais ainda acontecia na sociedade, mas não estava sendo utilizada como método educacional oficial. Nesse sentido, nas discussões do Congresso, os surdos também demandavam que suas particularidades fossem abarcadas no processo educacional, para que fosse possível a inclusão no mercado de trabalho. Dessa forma, foi solicitado pelos surdos a restauração da linguagem gestual nas escolas para surdos, tendo como inspiração o abade L'Epeè, entretanto as principais resoluções do Congresso focam na retomada de um método misto de ensino, através de sinais e de oralização, adaptando a realidade cada surdo. Outra resolução importante foi a obrigatoriedade da educação dos surdos sob a jurisdição do Estado, o que mostra que os debates e decisões políticas na Europa a respeito dos direitos das pessoas surdas já ocorriam desde o início do século XX.

1.2 O processo de inclusão do surdo no sistema educacional no Brasil

Percebe-se que os movimentos em torno da educação de pessoas surdas chegaram ao Brasil após 100 anos das trajetórias europeias. A primeira instituição educacional para surdos no Brasil foi fundada pelo professor surdo francês Ernest Huet, no Rio de Janeiro em 1857, com o nome Imperial Instituto de Surdos Mudos, tendo suporte do Estado. O local tinha o oralismo como base teórica e surgiu num momento em que esta corrente estava em vigor e é oficializada. A instituição ainda existe, denominada por Instituto Nacional de Educação de Surdos, atuando numa perspectiva diferente, em prol da educação desde crianças até o ensino médio, com o respeito à singularidade linguística dos surdos, oferecendo suporte e conhecimento neste sentido.

A perspectiva oralista começa a mudar de perspectiva a partir de meados da década de 1970, com a idealização da Comunicação Total, uma abordagem educacional mais flexível, que se contrapõe ao radicalismo da ideologia oralista (Lacerda, 1998). Essa ainda não era uma abordagem que utilizava a língua de sinais de forma totalmente livre, mas abriu espaço para o

uso de alguns sinais, que podiam complementar a comunicação, visando facilitar a interação entre surdos e ouvintes. Com o movimento surdo em direção a uma valorização cultural, lutando por mais direitos e menos segregação e discriminações, começa-se a notar uma maior percepção da importância da língua brasileira de sinais nos grupos surdos. Isto possibilita a educação dos surdos no Brasil caminhar para uma abordagem educacional bilíngue, ou seja, utilizando a língua brasileira de sinais e o português (Perlin, 1998).

A partir do século XX, os movimentos das organizações surdas passaram para um âmbito político, numa busca pela garantia dos direitos humanos e espaço na sociedade, inclusive com associações junto à ONU e seus órgãos ligados às políticas de educação, saúde e lazer. A ONU, em 1981, promoveu o Ano Internacional dos Deficientes, que tinha o objetivo de dar visibilidade às pessoas com deficiência e garantir sua autonomia de forma concreta, através de ações governamentais (Klein, 2001). Pode-se começar a ver uma conquista maior da busca das liberdades surdas em 1984, no reconhecimento formal pela UNESCO da Língua de Sinais como língua natural das pessoas surdas.

Após muitos movimentos em prol dos direitos das pessoas surdas, algumas conquistas foram alcançadas, sendo uma das principais o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial da comunidade não-ouvinte no Brasil, através da *Lei nº 10.436* (2002). Posteriormente, houve o *Decreto nº 5.626* (2005), que regulamentou a LIBRAS e, posteriormente, a *Lei nº 12.319* (2010) regulamentou a profissão de tradutor/intérprete de LIBRAS. Esses movimentos e leis trouxeram mais potência para a categoria surda brasileira, influenciando na formação de características e símbolos próprios, colaborando para a construção de uma cultura própria, ao considerarmos a cultura da sociedade brasileira como múltipla (Hall, 2006; Skliar, 1998).

Em 2006 foi realizada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde foi apresentado um novo conceito de pessoa com deficiência, que não leva em conta somente as limitações biológicas e entende a deficiência numa perspectiva biopsicossocial, considerando como deficiência a interação dos impedimentos de longo prazo com as barreiras existentes na sociedade, que “podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (*Lei nº 13.146*, 2015). Em 2015, foi instituída a *Lei nº 13.146*, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), dando novo desenho à noção de incapacidade, sendo uma legislação destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (*Lei nº 13.146*, 2015).

É perceptível que os surdos se constituem enquanto pessoa num contexto social e histórico de perspectiva colonialista ainda hoje, ficando à margem da sociedade e sendo oprimidos, enquanto os ouvintes estão numa posição social dominante nessa relação. Temos, portanto, uma categoria que é minoria em relação aos ouvintes, não somente no sentido de quantidade, mas devido a sua condição social desprivilegiada, pouco status e poder que apresenta na sociedade, por não possuir direitos plenamente atendidos e, neste contexto, são mais vulneráveis à atribuição de estereótipos negativos, sofrer preconceito e discriminação. Ao longo do tempo, as concepções a respeito das relações de poder passaram a ter novos significados, os surdos foram adquirindo mais consciência sobre suas complexidades e diferenças, seu espaço na sociedade e os papéis que lhes são atribuídos (Perlin, 2003). Suas experiências e relações, e suas narrativas diante do vivenciado, surgem nesses processos e contextos relatados e, concomitantemente, são construídas suas identidades, nos âmbitos pessoal e social. Diante destas reflexões, questionamos o que pode interferir na autopercepção e identidade social da pessoa surda, enquanto pertencente a uma categoria social.

Estudos brasileiros trazem que os surdos, ao se reconhecerem como pertencentes ao grupo de semelhantes, ou seja, a uma categoria social, têm abraçado uma causa política e cultural, buscando direitos relacionados ao reconhecimento das suas singularidades e à inclusão (Perlin, 1998; Gesser, 2008, 2009; Perlin & Quadros, 2006). É, portanto, na perspectiva dos próprios surdos, que eles têm desenvolvido a consciência de pertencimento (Perlin, 2013; Strobel, 2013), o que pode contribuir para a formação e consolidação da identidade social dos surdos que apoiam esses movimentos.

1.3 Identidade Social e suas implicações

A teoria da identidade social, cunhada por Henri Tajfel (1981), estabelece que a construção da autoimagem de um indivíduo resulta da sua percepção de pertencimento a um grupo social ou categoria social, associado ao significado emocional atribuído a esta pertença. A formação da identidade social se desenvolve por meio das interações entre grupos sociais, atreladas a características individuais e experiências pessoais. Dentro disso, a teoria da identidade social reconhece a existência de dois tipos de identidade, a pessoal e a social, que se interrelacionam. A identidade pessoal, portanto, se refere ao autoconceito da pessoa como única, envolvendo aspectos da personalidade, interesses, sentimentos e formas de estar no mundo. A identidade social são aspectos do autoconceito associados ao grupo social ao qual se pertence, incluindo os processos de categorização social, comparação e diferenciação social

entre grupos, além de ser influenciada por normas, valores, história e expectativas sociais compartilhadas pelos grupos sociais (Tajfel, 1981).

A categorização social, por sua vez, é um processo básico da cognição humana, necessário e adaptativo, utilizado pelo indivíduo para organizar e simplificar a realidade, serve de referência para diferenciar membros que pertencem e que não pertencem a um determinado grupo ou categoria social, mediante comparação das características que compõem as categorias. É, portanto, através dos processos de categorização social e comparação social que organizamos as nossas experiências e o nosso mundo social.

Para aprofundar as reflexões sobre a identidade social, faz-se necessário definir e diferenciar dois construtos importantes, a saber: categorias sociais e grupos sociais. Quando os conjuntos de pessoas são formados através de critérios primários e arbitrários, características que podem estabelecer relações psicológicas entre os indivíduos, como questões de raça ou gênero, são chamadas de categorias sociais (Torres & Camino, 2023). As categorias sociais são conjuntos de indivíduos, baseados nas suas características em comum, não estabelecendo necessariamente contato entre si, existindo, portanto, num campo abstrato. No caso do presente trabalho, as “pessoas surdas” ou “os surdos” formam uma categoria social específica, que representa uma minoria social.

Dentro das categorias sociais, são formados sistemas de categorização ou grupos sociais, que por sua vez, são difíceis de definir, porém as definições mais precisas consideram critérios externos e internos (Tajfel, 1981). Para que um grupo exista uma rede de relações interna e que seja reconhecido externamente como grupo, com a atribuição de características e funções. Internamente, o grupo é determinado pelo processo de identificação, que abarca um componente cognitivo, que descreve o reconhecimento da pertença ao grupo, um aspecto avaliativo, que expressa a valoração da pertença que pode ser positivo ou negativo, e uma parte emocional, pois a pertença é acompanhada de emoções dirigidas aos membros do grupo a que se pertence e aos grupos externos (Tajfel, 1981).

Além disso, os grupos sociais apresentam características de interdependência e interação mútua, se reconhecem como membros do grupo a partir da percepção de determinadas características em comum, de modo que cada pessoa influencia e é influenciada uma pela outra (Canto, 2006). Portanto, nas formações grupais são criadas normas que determinam a aceitação, aprovação ou rejeição e proibição de determinados comportamentos. Neste sentido, as relações entre grupos se dão por meio do contato entre os membros que fazem parte de diferentes sistemas sociais (Alfinito & Corradi, 2011).

Tendo em mente a diferença estabelecida entre categorias sociais e grupos sociais, passamos a refletir sobre o processo de categorização social. Parte-se da ideia de que o mundo é complexo e para sobreviver os humanos precisam simplificar e ordenar a realidade. Na perspectiva da cognição social, o processo de categorização tem a finalidade de simplificar o processamento de informações (Torres & Reicher, 2007). Neste sentido, categorizamos as pessoas para simplificar a realidade, devido à nossa limitação de processamento de informações (Fiske & Taylor, 1984).

A categorização social, enquanto processo cognitivo, ocorre nas situações em que a pessoa passa a ser qualificada como parte de um grupo e de uma categoria maior através da aplicação de critérios físicos (cor da pele, gênero, idade) e sociais (economia, religião). Quando isso ocorre, há a tendência de não se perceber os membros da categoria de forma individual, mas sim num aspecto coletivo e de equivalência em relação às ações, intenções e crenças (Pereira, 2013). A categorização social parte de dois princípios: a similaridade de traços e atributos dentro dos grupos e a diferenciação dessas características entre grupos, com base em percepções e crenças pautadas em valores e normas sociais (Tajfel, 1981). No processo da categorização busca-se associar representações mentais a comportamentos e características das pessoas, atribuindo rótulos verbais no sentido de classificá-las como membros de determinados grupos, a partir de características consideradas semelhantes no grupo em que estão incluídas e diferentes das pessoas de outros grupos (Pereira, 2013).

Os estudos de categorização social, comparação social e identidade social envolvem três elementos: o cognitivo, o avaliativo e as emoções. O cognitivo é referente ao saber que se pertence à formação grupal; o elemento avaliativo aparece na concepção de grupo e/ou de pertença a ele, que pode ter significado favorável ou desfavorável. As emoções são integradas aos outros dois componentes, uma vez que tendemos a ter amor e solidariedade, por exemplo, direcionados aos próprios grupos sociais e, desprezo, por exemplo, para outros grupos com os quais temos relações (Tajfel, 1981). Através destes aspectos a respeito da noção de grupo e o comportamento social, é possível estudar os efeitos que isso produz nas relações intergrupais, dentre eles a formação de barreiras e conflitos entre grupos, a cooperação, além da formação do autoconceito. A identidade social se dá nos processos de similitude e diferenciação que fazemos a partir das interações e percepções de nós mesmos e do outro.

O processo de categorização social possibilita a formação e atribuição de estereótipos grupais que diferenciam eles (o outro grupo) e nós (o próprio grupo), contribuindo para a construção do sentimento de pertencimento e não pertencimento (Tajfel, 1981; Campbell,

1958). Este sentimento é construído à medida que o indivíduo se insere no processo, mediante a auto-categorização relativa ao grupo social no qual ele está incluído (Turner, 1987; Turner & Reynolds, 2012; Reynolds, 2012). A teoria da auto-categorização diz que, à medida que as pessoas definem a si mesmas e aos outros como membros de uma categoria, ocorre a despersonalização e a estereotipização de si mesmo com características associadas ao grupo. Portanto, o indivíduo tende a se ver menos de forma individual e mais como semelhante aos membros da categoria compartilhada (Valentim, 2008; Turner & Onorato, 2010; Turner & Reynolds, 2012). Os estudos sobre identidade social também entendem que a similitude com o seu próprio grupo e a diferença com o grupo externo estão na origem dos conflitos intergrupais (Tajfel, 1981; Iñiguez, 2001).

Antes mesmo dos estudos sobre a identidade social, na perspectiva de Tajfel, em 1970, Lewin, em 1948, já falava sobre a teoria das dinâmicas de grupo, afirmando que existem dois tipos de força nos grupos sociais, uma que nos move em direção ao endogrupo (grupo de pertencimento) e nos conserva nele e outra que nos afasta dele e nos move em direção aos grupos externos (exogrupo). O que nos impele para um grupo pode estar relacionado a diversos fatores, contribuindo para nosso sentimento de pertencimento no grupo. Segundo Lewin (1948), nesses casos “talvez o indivíduo se sinta atraído por outros membros do grupo, talvez os outros membros o arrastem, talvez ele esteja interessado no objetivo do grupo ou se sinta de acordo com a sua ideologia, ou talvez prefira esse grupo a estar só” (p. 205). Já as forças que nos afastam do grupo podem estar ligadas a representações e sentimentos desagradáveis que formamos sobre o próprio grupo e maior identificação com características externas. É com base nestas ideias que Tajfel (1981), reforça que a pertença grupal leva ao efeito da acentuação, definida como evidenciar as características semelhantes ou diferentes dos membros de uma categoria, o que leva à assimilação aos membros da mesma categoria ou diferenciação em relação às pessoas de categorias diferentes.

Na concepção de Stangor (2016), o ser humano, no processo das relações intergrupais, estabelece mais estereótipos negativos do que positivos aos grupos externos e até mesmo a expressão de estereótipos positivos pode gerar consequências adversas, como por exemplo, as características de afetividade e emotividade, atribuídas automaticamente às mulheres na sociedade em geral (Cikara, Fiske & Glick, 2009; Cuddy, Glick & Fiske, 2007), refletindo em desqualificação, preconceito e discriminação das mulheres em contexto de trabalho, por exemplo. Este aspecto se refere ao automatismo, processo pelo qual as percepções, pensamentos e comportamentos são automaticamente ativados em resposta a um estímulo

social (Tajfel, 1981). É um mecanismo que opera abaixo do nível consciente e pode ser influenciado pelas nossas identidades sociais, que estão associadas as categorias a que pertencemos e as quais nos identificamos, e levar a preconceitos e discriminação, uma vez que as categorias e estereótipos são ativados sem a consciência ou controle da pessoa (Allport, 1971; Tajfel, 1981; Stangor, 2016).

As visões socialmente estereotipadas sobre os entes sociais podem interferir na constituição da autoimagem dos indivíduos pertencentes a estes grupos ou categorias sociais, visto que direcionam modos “adequados” de ser, agir e relacionar (Pérez-Nebra & Jesus, 2011). Muitos estereótipos são baseados em conceitos errôneos e preconceitos, e têm a possibilidade de gerar sentimentos de exclusão, inadequação e baixa autoestima nos membros de grupos minoritários. O exemplo de estereótipo socialmente compartilhado da mulher pode ser representado com as referências de que a mulher é mais sensível e delicada do que os homens, ou por ocuparem posições de subserviência ao longo da história. Isso interfere em muitas esferas, como por exemplo, no mercado de trabalho, existindo dificuldade na conquista de cargos de chefia pelas mulheres, além de haver desigualdade nos salários recebidos (Cuddy, Glick & Fiske, 2007; Cikara, Fiske & Glick, 2009). No caso da mulher surda, essas situações de desigualdade vivenciadas acabam sendo mais intensas, devido à dupla categorização de “mulher” e “surda”, pois desde o nascimento, muitas vezes as crianças surdas ficam confinadas, como estratégia familiar de proteção e devido a não aceitação social das deficiências, o que gera invisibilidade social e preconceito (Pedrosa, 2019).

Os estereótipos em torno da surdez surgiram e se espalharam historicamente, com a patologização e marginalização da categoria, a partir de uma perspectiva ouvintista, isto é, das representações dos ouvintes, enquanto membros de um grupo majoritário dominante, que obrigam os surdos a se ajustarem aos padrões ouvintes (Skliar, 1998). É comum que as pessoas ouvintes, em geral, reproduzam estereótipos em relação às pessoas surdas, reconhecendo socialmente a categoria como “anormal”, por apresentarem características diferentes dos ouvintes, consideradas “anormais” para o grupo e até mesmo negativas (Lane, 1992; Bosse & Goes, 2017). Isto é visto principalmente no âmbito da comunicação, onde foram criadas barreiras e ações discriminatórias ao longo dos anos.

Para Allport (1971), a partir da necessidade do ser humano de formar e pertencer a grupos, estabelecendo delimitações e separações entre cada sistema grupal, surge o preconceito. O preconceito, diferentemente do estereótipo, está associado ao componente afetivo das atitudes, é uma avaliação negativa ou sentimento hostil relacionado a um grupo ou a um

indivíduo simplesmente pelo fato de pertencer a determinado grupo e categoria social (Stangor, 2016). A separação em grupos sociais pode fazer com que o grau de diferença entre eles seja ampliado, à medida que as semelhanças dentro dos grupos são ressaltadas, o que pode levar a conflitos e discriminações, que se caracterizam por um comportamento favorável ao grupo que pertencemos e desfavorável aos grupos “diferentes” do nosso (Jodelet, 2001). O preconceito envolve, além dos componentes cognitivo (estereótipos) e afetivo, a aprendizagem e o contexto sócio-cultural. Entende-se que a partir de emoções negativas sentidas, podem surgir comportamentos discriminatórios e conflitos, sendo importante o autocontrole e a regulação dessas respostas em direção a grupos específicos para melhorar as relações intergrupais, na tentativa de reduzir o preconceito (Pérez-Nebra & Jesus, 2011). É perceptível, portanto, que o processo de categorização e identificação social, à medida que constituem indivíduos e relações, também estão associados à segregação, devido a característica de diferenciação existente no comportamento intergrupais.

A relação intergrupais entre ouvintes e surdos pode ser observada a partir da teoria de Lewin sobre dinâmica de grupos, pois divide a sociedade em maiorias e minorias psicológicas, definindo que um grupo é maioria psicológica quando se encontra na “posse de plenos direitos que dele fazem um grupo autônomo” (Mailhiot, 1991, p. 30). Já as minorias psicológicas, Kurt Lewin (1948) as define como aquelas cujo destino coletivo depende da boa vontade de um outro grupo. O que determina um conjunto de pessoas como minoria psicológica é a condição desprivilegiada e de existência quase que dependente da tolerância do grupo mais destacado, e até mesmo dominante, nos espaços. Dessa forma, de acordo com Lewin (1948), toda minoria psicológica é discriminada ou propensa a ser pelo fato de seu destino estar dependendo da aceitação e aprovação do grupo majoritário.

A partir disso, podemos entender que as pessoas surdas façam parte de uma minoria desprivilegiada socialmente, em que a marginalização e estereotipização pode até fazê-las se sentir “menores”, excluídas ou invisíveis, na medida em que não seguem às “normas” do grupo ouvinte, que é a maioria. Além disso, como aponta a teoria de Lewin (1948), a categorização de minoria coloca o surdo sob a “tutela” da maioria, pois muitas vezes classifica-se a pessoa surda num estereótipo de incapacidade de exercer sua autonomia, baseando-se numa visão biomédica do funcionamento da sociedade. Assim, coloca-se o respeito, a proteção e a inclusão associados a limitações do corpo das pessoas, a suas “deficiências”. Entretanto, essas normas foram pré-estabelecidas por uma maioria psicológica ouvinte, que tem dominância na sociedade em geral.

Em contraponto às ideias de minorias psicológicas, Moscovici (1969) fundamenta a concepção de minorias ativas, a qual traz a possibilidade da conformidade e da inovação em relação ao ambiente social. De acordo com esta abordagem, a influência social pode ocorrer na manutenção do sistema desigual da sociedade, com grupos minoritários excluídos (minorias étnicas, pessoas com deficiência), mas também pode haver mudanças de organização social, que melhorem condições de vida e incluam grupos à margem da sociedade. A partir de estudos experimentais sobre a influência da minoria, Moscovici (1969) consegue observar e definir que uma minoria consistente, ainda que desprovida de poder e status social, consegue ser fonte de influência para a sociedade e mover conflitos com a maioria através de seu estilo de comportamento, a fim de desafiar normas predominantes e provocar mudanças sociais. Em síntese, uma minoria social ativa e consistente em seus argumentos pode estremecer as estruturas sociais e promover a mudança.

Nesse sentido, Tajfel (1981) também discute estratégias de enfrentamento utilizadas pelos grupos sociais menos privilegiados socialmente para reduzir a insatisfação produzida pela pertença a estes grupos e aumentar a identidade social positiva, a partir de dois conceitos: mobilidade social e mudança social. A mobilidade social está relacionada ao movimento individual e subjetivo de mudança, visando transpor fronteiras e mudança de grupo como forma de adaptação ao contexto. É uma estratégia viável apenas quando o indivíduo acredita que é permeável às barreiras categoriais, como uma maneira de redefinir sua afetividade e associação a um grupo socialmente melhor avaliado. Já a mudança social se refere aos movimentos coletivos feitos em prol da categoria, baseados na crença de que os membros do grupo estão fechados e unificados neste conjunto, compartilham valores, normas e características próprias. Três são as estratégias utilizadas nesta forma de enfrentamento: busca de novos parâmetros de comparação, redefinição de certos valores e mudança do exogrupo de comparação. Estas estratégias coletivas são adotadas quando as relações intergrupais são avaliadas como seguras, legítimas e estáveis. Tajfel (1981) argumentou que a mudança social é impulsionada pela mudança nas identidades sociais e nas relações intergrupais. Alguns fatores podem levar a estes movimentos, como por exemplo, a percepção de instabilidade ou de status do grupo de pertença comparando com outros grupos (Tajfel, 1981).

As segregações e comportamentos discriminatórios são favorecidos por culturas de amar incondicionalmente o(s) grupo(s) ao(s) qual(is) fazemos parte, enquanto com os que são diferentes ou desconhecidos, muitas vezes não entramos em contato e não abrimos possibilidade de identificação, reforçando fronteiras e barreiras. Pelo contrário, muitas vezes é incentivado o ódio, o sentimento de medo e de ameaça pelo grupo externo (Lima, 2020). Temos

exemplos de conflitos na sociedade que mostram que a aversão pelo grupo externo acaba aumentando a característica de união do endogrupo. Na segunda guerra mundial, por exemplo, havia uma hegemonia nazista no mundo, disseminando aversão e ódio contra grupos externos socialmente minoritários, como os judeus, homossexuais e pessoas com deficiência, inclusive, chegando ao ponto de exterminá-los. Por outro lado, há exemplos na história de movimentos sociais das minorias que agiram ativamente em prol de direitos e causas comuns, gerando importantes mudanças sociais (Moscovici, 1969), como os movimentos contra a ditadura militar no Brasil, que partiram das classes populares contra o governo da época, através de manifestações e protestos de estudantes, greves e boicotes dos trabalhadores, resistência cultural dos artistas da época, além de movimentos de luta armada (Grinberg & Ribeiro, 2018).

A partir dessas ideias, podemos complementar teoricamente a concepção que envolve o preconceito acerca da pessoa surda e consequente segregação das categorias sociais associadas, em relação à maioria ouvinte. Esse processo de separação e consequente discriminação está respaldado por normas sociais de organização e estruturação social. Sendo assim, a maneira como a surdez e as pessoas surdas são percebidas socialmente e por elas mesmas está relacionado a essas normas sociais (Santana & Bergamo, 2005). É comum que os surdos, principalmente no período da juventude, se aproximem de pares semelhantes – outros surdos – por conta da semelhança de características físicas e psicológicas, experiências de vida parecidas, além da língua comum, o que fortalece a categoria sócio-culturalmente (Solé, 1998). Pesquisas afirmam que a identidade surda se relaciona com a língua, afirmando que somente a partir do uso da língua de sinais, a qual pode ser adquirida em qualquer idade, que o surdo constituirá sua identidade (Perlin, 1998). De acordo com esta ideia, esse processo apenas ocorre em contato com outros surdos que também usam a língua de sinais, para que haja a possibilidade de diálogo, aprendizagem, identificações. A língua, portanto, seria a determinante e o instrumento da identidade social dos surdos, estando atrelada às práticas discursivas ocorridas nas relações entre eles (Santana & Bergamo, 2005). Na atualidade, entretanto, está sendo disseminada a perspectiva dos “surdos que ouvem” como uma subcategoria que se refere aos que têm algum resquício de audição, são oralizados e podem ouvir através de tecnologias, como os aparelhos auditivos, implantes cocleares e próteses auditivas implantáveis (Brasil, 2014). O movimento foi criado e é defendido no Brasil por Paula Pfeifer, de certa forma integrando as categorias “deficiência auditiva” e “surdez”, entendendo que todos podem fazer parte de grupos surdos.

Capítulo 2

2 O capacitismo e processos identitários das pessoas surdas no Brasil

Muitas são as categorias sociais, porém a que nos interessa neste estudo é a categoria “surdo”. As categorias “surdo”, “pessoa com deficiência auditiva”, “deficiente auditivo”, “surdo-mudo” e outras classificações se confundem, principalmente entre os ouvintes, e algumas dessas nomenclaturas já não são consideradas adequadas (Sasaki, 2013; Bosse & Goes, 2017), por carregarem estereótipos com viés capacitista que a comunidade surda tem buscado se dissociar (Perlin, 2003; Perlin & Quadros, 2008), ou seja, têm enfoque em um modelo normativo que coloca as supostas capacidades das pessoas sem deficiência como um padrão, o que torna a deficiência uma incapacidade, e, um “defeito” (Mello, 2016). Cabe ressaltar que o conceito “surdo” pode ser encarado no senso comum como preconceituoso e pejorativo, entretanto este é o termo mais aceito pelo grupo de pessoas com perda auditiva que entendem a surdez por uma perspectiva cultural (Strobel, 2013). Sobre isso, Perlin (1998, p. 34) ratifica a importância de “visualizar o ser surdo como o outro, na sua diferença infinita, na sua identidade que vem a ser definida como real, como lugar habitável, como espaço de ser o outro, o diferente, longe dos estereótipos, da tragicidade, da anormalidade, da deficiência”. Após longos movimentos em prol dos seus direitos de igualdade social, foram conquistados leis e decretos que regulamentaram os termos para se referir às pessoas com deficiência em geral, e especificamente aos surdos, além de oficializar a Língua Brasileira de Sinais. Estes foram alguns passos em direção à visibilidade e regulamentação das vivências dos surdos em sociedade.

Harlan Lane, em 1992, e Oliver Sacks, em 1985, já haviam perguntado quem são os surdos e tentaram responder esta questão através do ponto de vista de pessoas ouvintes, que respondem com base num modelo médico, em contraponto à visão de pessoas surdas norte-americanas, que iniciaram as primeiras narrativas surdas (Humphries, 1991). Lane (1992) compreende que a surdez é estigmatizada pela parcela ouvinte da sociedade, o que estamos tratando como “rotulada” ou “estereotipada” neste estudo. Sacks (2010, p. 25) também consegue perceber uma “ideia equivocada ou preconceito” quando o ouvinte não aceita a forma diferente de se comunicar do surdo. É importante destacar, que apesar dos avanços, ainda hoje, a sociedade enxerga a surdez a partir de dois vieses: um como deficiência e outro como uma diferença, visões que envolvem o modelo biomédico e o modelo social da surdez, respectivamente (Diniz, 2007; Bisol & Sperb, 2010). Essas perspectivas têm raiz e contexto

sócio-histórico, fundamentando os termos comumente usados para classificar e se referir às pessoas com alguma perda auditiva.

Segundo Nuernberg (2018), o capacitismo é um processo sociocultural de violência e discriminação social em relação às pessoas que possuem corpos considerados desviantes da norma, perspectiva originada da biomedicina. O processo do capacitismo está por trás dos estereótipos que a sociedade criou ao longo dos anos, que colocam as pessoas com deficiência como corpos incapazes, “inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais” (Mello, 2016, p. 3271). Historicamente, a pessoa com perda auditiva foi oprimida e excluída pela maioria ouvinte, que, muitas vezes, ainda ignora as particularidades surdas e tenta encaixar o surdo sinalizado num modelo ouvinte e oralizado. O capacitismo, portanto, está intimamente ligado ao processo de identificação social e à formação do autoconceito das pessoas com deficiência. Wolbring (2008) explica o fenômeno como um conjunto de crenças, valores e atitudes negativas, voltadas à pessoa com deficiência, que interfere na constituição de sua autoimagem e na relação consigo e com os que estão ao seu redor.

O termo descreve, portanto, a materialização do preconceito e das discriminações existentes nas relações entre as categorias sociais sem deficiência e os grupos compostos por pessoas com deficiência, sendo que pode ser um processo velado em situações corriqueiras existentes nessas relações. Um exemplo de comportamento visto comumente na sociedade, de superproteção e tratamento das pessoas com deficiência com extremo cuidado, como se fossem eternamente crianças, pode representar uma expressão capacitista, de maneira encoberta (Silva, Gesser & Nuernberger, 2019), visto que muitas vezes não há o reconhecimento e permissão das suas capacidades e habilidades.

É perceptível que os conceitos apresentados estão associados a um panorama de discursos sociais que trazem representações e pré-concepções com possíveis efeitos emocionais para o sujeito pertencente a grupos minoritários (Glick & Fiske, 2007; Perlin, 2003). Ao se pesquisar sobre os impactos emocionais gerados pelo capacitismo, são percebidos estudos em que este aspecto é citado, porém, pouco explorado. Destarte, é importante problematizar os fatores que envolvem o capacitismo e seus efeitos, haja vista que eles influenciam a identidade social e pessoal dos surdos, ainda mais quando são marcados por uma imposição e controle externos, lutas de poderes e saberes em que a parcela minoritária se vê acuada em muitos momentos.

Até 2010 ainda era popular e aceito o uso do termo “portador de deficiência” para se referir à categoria social que apresenta deficiências, porém ele foi substituído por “pessoa com

deficiência” na *Portaria nº 2.344* da Secretaria dos Direitos Humanos (2010), entendendo que a deficiência não é como objetos que às vezes portamos e às vezes não portamos. Mais especificamente, o decreto nº 5.626 define pessoas com deficiência auditiva quem possui perda auditiva total ou parcial e a “pessoa surda” é aquela que tem essa perda e possui compreensão e interação do mundo através de “experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais” (*Lei nº 5.626, 2005*).

O decreto de 5.626 está baseado numa perspectiva sócio-antropológica, a partir da ação dos movimentos sociais e políticos dos surdos em busca de seus direitos e de seu espaço. Leis que foram conquistadas e que trazem o discurso subjetivo e sócio-cultural da pessoa que tem perda auditiva. Apesar disso, a aplicação adequada dos direitos, levando em consideração a perspectiva integral do sujeito, nem sempre acontece, o que pode empreender um efeito no bem-estar e na constituição das identidades pessoal e social dos(as) surdos(as), por estarem relacionadas a um contexto adverso, visto que ocupam um espaço de menor prestígio na sociedade.

O que de fato se encontra nos estudos sobre a história da cultura surda é que a identidade surda está associada ao uso da língua de sinais, pela possibilidade de compartilhar características, conhecimentos, hábitos próprios, o que não é possível através da língua e da cultura ouvinte (Strobel, 2013). Com um pouco mais de liberdade de expressão na sociedade, através dos movimentos sociais, estudos e legislações, recentemente, a categoria surda começou a ganhar algum espaço na construção de sua própria história, que pode ser então narrada e significada pelos próprios membros da categoria surdo e não mais pelo olhar do “outro” (ouvintes).

2.1 A surdez como deficiência

Os termos usados para se referir às pessoas que têm perda auditiva ainda se confundem na atualidade. Mais do que isso, as imagens que se tem acerca da surdez e do sujeito com perda auditiva são variadas e influenciam o próprio conceito e as relações estabelecidas entre ouvintes e surdos, pois tanto são originadas a partir de estereótipos construídos ao longo dos anos, como também geram novos preconceitos. Os termos mais comuns relacionados à surdez que ouvimos na sociedade são “surdo”, “surdo-mudo” e “deficiente auditivo” (Sacks, 2010). Esses conceitos e perspectivas se diferenciam quando estudos embasados em uma visão cultural e política surgem em contrapartida à visão biológica predominante na sociedade em geral, existente desde o Iluminismo nos discursos teóricos e práticos e até hoje muito valorizada pela sociedade (Sacks, 2010).

O termo deficiência auditiva tem origem na medicina, que trata a questão como um déficit na audição, o que, segundo Gesser (2009) está dentro de um “discurso de normalização e de medicalização, cujas nomeações, como todas as outras, imprimem valores e convenções na forma como o outro é significado e representado” (p. 46). Diniz (2007) pontua que, para esse modelo, deficiência é resultado natural de uma lesão e uma pessoa com deficiência passa a ser vista como alguém que precisa de cuidados biomédicos. A própria Psicologia utiliza esses discursos no campo científico, definindo a perspectiva clínico-terapêutica, com a narrativa de padronização, uso de testes e mensurações, influenciando a representação da surdez na sociedade (Bisol & Sperb, 2010). A pessoa surda é vista como alguém com atraso cognitivo, comparada às pessoas definidas num modelo “normal”:

Com a ideia da norma, institui-se simultaneamente o desvio – aquele que se encontra nas extremidades da curva normal e que faz parte, portanto, de uma minoria. Nessa concepção, a criança ouvinte representa a criança normal, o referencial para se tentar compreender a criança surda, que passará a ser retratada, na maior parte do tempo, como alguém que está “a menos” em relação ao modelo (Bisol & Sperb, 2010, p. 8).

Diniz (2007) afirma que o modelo médico entende a deficiência como uma desigualdade natural, causada por uma lesão biológica, ou seja, a ausência parcial ou total de um membro, ou a restrição de um movimento. Essa visão biomédica tem a deficiência como objeto de controle. Baseados no modelo médico-clínico, os profissionais de saúde e da área de educação se habituaram a trabalhar na reabilitação do sujeito, buscando adaptá-lo socialmente, compensando as consequências que a perda auditiva traz no desenvolvimento do surdo. Baseado nisso, acreditava-se na tentativa da cura da deficiência através de implantes e próteses, além de se tentar ensinar a língua oral, partindo do pressuposto que o pensamento não se desenvolve sem linguagem oral.

2.2 A surdez como diferença

De acordo com Diniz (2007), o modelo social da deficiência surgiu em meados de 1970, com estudos na Europa e nos Estados Unidos, e o movimento social em prol dos direitos das pessoas com deficiência, que dá origem ao movimento da Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação (Upias). O objetivo da liga era mostrar que a opressão era resultado de uma ideologia social excludente, que a deficiência não deve ser vivenciada como uma desigualdade de origem natural, mas como uma forma de opressão externa, sofrida pelo corpo deficiente.

O modelo social da deficiência entende que a experiência da deficiência é resultado do ambiente social aversivo à diversidade física. Dessa forma, o movimento redefiniu politicamente o conceito de deficiência e outros termos associados, visando que a deficiência

não fosse tratada somente pelos recursos biomédicos, mas também, e principalmente, através de ações políticas que reconhecessem os direitos das pessoas com deficiência e que denunciasses a opressão sofrida. A partir desse modelo, revolucionário para o século XIX, a cegueira, a surdez e as deficiências em geral passam a ser encaradas como diferentes formas de vida e não mais de maneira exclusivamente patológica.

Bisol e Sperb (2010) trazem que nesse período a visão médico-clínica a respeito dos surdos começou a dividir espaço com o modelo sócio-antropológico, o qual propõe que a surdez seja vista como uma diferença cultural, como ocorre com outras minorias étnicas e linguísticas. Os surdos que defendem esse modelo, se vêem como “membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta” (Lane, 2008, p. 284 como citado em Bisol & Sperb, 2010, p. 8). Dessa forma, as pessoas com perda auditiva inseridos na “cultura surda”, não contemplam a surdez como uma falha ou uma patologia incurável, mas sim como uma questão diferente da imposta socialmente como normal.

Destrichar as condições históricas e sociais acerca do que é ser surdo ajuda no desejo do pesquisador em Estudos Surdos, Carlos Skliar (1998) de desconstruir esses dualismos fixados, sendo necessário ir além, estudar o que está entre esses polos, como por exemplo as questões linguísticas, educacionais e sócio-históricas.

Em seus estudos, Skliar (1998) nos faz refletir sobre a categorização das pessoas com deficiência em uma única classe, de pessoas “especiais” e dentro do processo de patologização. Sendo assim, as diversidades de identidade, cultura, comunidade, etnia, dentre outras, não são valorizadas, mas entendidas como desvios de normalidade. A partir disso, o autor usa Bhabha (1986 como citado em Skliar, 1998) para distinguir diversidade e diferença, o qual diz que a diversidade cria uma ideia de variedade dentro da normalidade. Skliar (1998) traz também, a partir das ideias de McLaren (1995, como citado em Skliar, 1998), que a diferença é “uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos” (p. 13).

2.3 Cultura surda e Comunidade surda

A cultura está relacionada com o conhecimento que adquirimos por meio da língua, crenças, hábitos e normas dos grupos sociais que pertencemos, podendo ser modificada ao longo do tempo pelas novas gerações (Strobel, 2013). Apesar de haver muitas teorias diferentes sobre a cultura, é válido pensar na multiplicidade das pessoas e das sociedades para defini-la, como é abordado por Hall (2006) em seus estudos. Sendo assim, entende-se que os surdos também constituem uma destas culturas ao estabelecer a própria forma de se comunicar, que se

tornou a língua oficial – LIBRAS –, adquirindo hábitos próprios e identificações próprias dos grupos surdos (Strobel, 2013).

Nesse sentido, o reconhecimento como “Surdo” surge no próprio grupo, não foi imposto por outros, alheios à realidade surda, nasce de um reconhecimento grupal e da apropriação cultural da categoria. De acordo com Sá (2006), é através dos Estudos Culturais que são analisadas e questionadas “as relações de poder, enfatizando que toda relação de poderes e saberes é uma relação discursiva” (p. 9). Pode-se enxergar, portanto, o grupo surdo como detentor de uma cultura própria, a partir do momento em que utiliza uma língua diferenciada para se comunicar, e cria um objetivo comum no compartilhamento da diferença e na luta pelo reconhecimento dessa diferença, pelo direito de ter espaço, poder e voz na sociedade, dentro de uma realidade em que se tem mais em destaque a fala oral, o poder ouvinte. Além disso, segundo Sá (2006), existe nesse reconhecimento cultural a formação da “comunidade surda”.

A mudança a respeito da compreensão da surdez passou a ocorrer em meados do século XVIII (Sacks, 2010), com a sociedade moderna trazendo avanços no conhecimento científico e na visão de homem como autônomo e gerador de um todo unificado de conhecimento científico, de uma verdade objetiva e absoluta, fixada numa referência social externa (Sá, 2002; Hall, 2006). Posteriormente, a pós-modernidade passa a entender os múltiplos papéis e posições do sujeito e como isso interfere na constituição das identidades, entende o poder como a representação dessas posições e discursos que assumimos, e não uma situação fixa e absoluta (Sá, 2006). Nessa ampliação de perspectiva social, a pós-modernidade abre portas para o reconhecimento “das diversas e multifacetadas estruturas de dominação e subordinação que instituem e são instituídas pelas vidas reais de pessoas reais. Não se busca verdades, busca se conhecer as condições que possibilitam que se estabeleçam essas ou aquelas verdades” (Sá, 2006, p. 25). Portanto, o que acontece na atualidade é ir além do estático, pensar na diferença e expor a desigualdade, ver o sujeito como único dentro de um contexto, de gênero, cultura, língua, por exemplo.

Nesse sentido, é nos grupos de identificação comum que a pessoa com perda auditiva passa a se entender como surda, e passa a experienciar isso, tendo consciência da sua singularidade, no contexto onde “é saliente seu ser diferente” (Perlin, 2003, p. 50). É no fortalecimento do comunitarismo, muito presente na pós-modernidade, que se estrutura o encontro interpessoal dos surdos, onde as diferenças e a alteridade serão ressignificadas numa relação cultural global (Pacheco, 2007). Essa mesma autora traz a discussão de que é possível que a comunidade traga a sensação de segurança e estabilidade, o que remete à era moderna, a qual apresentava indivíduo e grupo mais unificados culturalmente, de forma hegemônica. A

diferença entre um período e outro é que os membros da comunidade estão dentro de um grupo de identificação cultural própria. Os surdos politizados normalmente se consideram indivíduos constituídos de cultura e identidade comuns, caracterizadas por sua língua e sua experiência diferenciadas de vida, em relação à maioria ouvinte. Porém, isso não muda o fato de que a identidade e a história de qualquer pessoa surda perpassam por fronteiras e grupos culturais variados e diversificados, inclusive pelos grupos ouvintes, pois a pessoa se constitui no movimento, não é estática e imutável (Perlin, 1998, 2003).

Perlin (1998) explica que a “comunidade de pessoas surdas” se refere a um grupo que vive em determinada região, mas não é isolado, vive entre a maioria ouvinte. O que os classifica dessa maneira são as características específicas relacionadas a aspectos antropológicos: história, língua, cultura e arte. Entram também aspectos comuns à comunidade surda e à comunidade ouvinte: nacionalidade, religião, governo, raça e etnia. Dentro das comunidades, os surdos se identificam e se reconhecem numa perspectiva sócio-cultural (Perlin, 1998; Skliar, 1998; Strobel, 2013), o que pode ser associado ao processo de auto-categorização e consequente identificação dos indivíduos como surdos. A evidência importante para pertencer ao grupo é a comunicação visual, não necessariamente a língua de sinais, mas sinais visuais de comunicação (Sacks, 2010).

Se voltarmos no tempo, veremos que os surdos, em geral, viveram por muito tempo isolados, tendo as decisões dominadas pelos ouvintes, sendo oprimidos e excluídos, privados de agirem por suas próprias causas políticas, de lutarem por seus direitos enquanto seres humanos (Lane, 1992; Sacks, 2010). Isso começa a mudar com os movimentos de resistência, que favorecem o aparecimento de uma variação das identidades surdas. Perlin (1998) reforça que apenas se aprende a ser surdo em grupos de semelhantes, ou seja, em grupos de surdos, e que a partir desse contato são formadas as suas identidades, as quais se apresentam de formas diferentes de acordo com a interação que a pessoa tem com o meio.

2.4 As identidades surdas

Perlin (1998, 2002, 2013), classifica 07 tipos diferentes de identidades surdas, de acordo com as vivências intragrupo e intergrupo: Identidade política, Identidade híbrida, Identidade surda flutuante, Identidade embaçada, Identidade de transição, Identidade diáspora e Identidade intermediária.

A Identidade política corresponde aos surdos que se comunicam visualmente, através da língua de sinais, além de possuírem consciência da surdez como uma diferença e da necessidade dos recursos visuais. Segundo Perlin (1998, 2002), a criança surda precisa aprender

língua de sinais para constituir linguagem e se desenvolver e, posteriormente, poder constituir sua identidade política nos movimentos sociais surdos.

A Identidade híbrida se forma nos surdos que nasceram ouvintes e se tornaram surdos mais tarde, podendo fazer uso dos recursos e aspectos de cada categoria em diferentes momentos. Este surdo ainda capta as mensagens externas em português, mas precisa transformar em LIBRAS para se comunicar com seus pares, muitas vezes. Esse tipo de identidade pode gerar confusão e insegurança em relação ao sentimento de pertença aos grupos em questão, levando ao isolamento ou à agressividade, até mesmo ao ódio para consigo mesmo. Perlin (1998) relata sua própria situação, enquanto surda identificada nesse tipo de identidade:

Isso não é tão fácil de ser entendido, surge a implicação entre ser surdo, depender de sinais, e o pensar em português, coisas bem diferentes que sempre estarão em choque. Assim, você sente que perdeu aquela parte de todos os ouvintes e você tem pelo meio a parte surda. Você não é um, você é duas metades (Perlin, 1998, p. 20)

Perlin (2002, 2013) também traz a possibilidade das Identidades de transição. São presentes em surdos que viveram muito tempo numa relação de “ouvintização”, com a representação da identidade ouvinte como exemplo e de forma dominante, até que entram em contato com a comunidade surda. Essa transição nem sempre é completa, o que pode dar início ao que a autora chama de “identidade surda incompleta”, situação que demonstra a força exercida pela hegemonia da maioria ouvinte, difícil de ser vencida pelos surdos, especialmente quando estes não têm contato, ou têm contato tardio, com grupos de sujeitos semelhantes e não se organizam em comunidades. As identidades de diáspora se assemelham às de transição, pois se referem aos surdos que transitam de um local a outro, geograficamente, ou seja, mudança de cidade, estado, país. A identidade pode ser chamada dessa forma quando o indivíduo realiza mudança de um grupo de surdos para outro.

Perlin (2002, 2013) ainda menciona as Identidades intermediárias, definindo como pessoas surdas com resquícios de audição que levam a vida semelhante aos ouvintes (oralização, não utilizam LIBRAS). Essas pessoas possuem características que não permitem a captação de mensagens de maneira totalmente visual, normalmente fazem uso de aparelhos auditivos para resgatar a audição e se aproximam mais da forma de vida dos ouvintes. Podem ter dificuldade de encontrar uma identidade, visto que não têm um grupo específico de pertencimento.

Já a Identidade flutuante é formada por fragmentos da cultura surda e da cultura ouvinte. São surdos que seguem fortemente a representação da identidade ouvinte, até mesmo alguns que se reconhecem como surdos. São situações variadas: surdos que querem ser oralizados, por

desconsiderarem ou rejeitarem a cultura e a comunidade surda, os que são forçados a essa situação, ou os que se conformam a isso. No meio destes contextos, existem os que estão isolados, pois não conseguem se comunicar com a comunidade ouvinte ou os que não têm acesso à língua de sinais e estão afastados da comunidade surda. Diferente dos flutuantes, os surdos com Identidade embaçada são os que desconhecem representações tanto da identidade ouvinte como da identidade surda, dificultando sua comunicação e autonomia.

Capítulo 3

3 Caminhos metodológicos

A presente pesquisa segue o método qualitativo, sendo do tipo exploratória, utilizando como meio para a coleta de dados a técnica das entrevistas narrativas episódicas. Através desta metodologia, pretende-se proporcionar experiência de contato genuíno com os participantes no momento da entrevista. Foi escolhida a pesquisa qualitativa pelo entendimento de que a coleta e a análise de dados de minorias sociais, como o caso dos surdos, envolve a necessidade de entender o contexto e a vivência do entrevistado de maneira holística, sem reduzir o processo de pesquisa ao estudo das partes de um sistema social (Sampieri, 2013).

Também é característica desse método a proximidade com o ambiente do participante, o que pode favorecer a exploração dos conteúdos que emergirem, a análise dos dados de maneira indutiva e a possibilidade de serem feitas interpretações por parte do pesquisador (Creswell, 2010). Ao trabalhar de forma indutiva, é possível criar hipóteses à medida que passamos a conhecer os participantes e interpretar suas narrativas (Sampieri, 2013).

A entrevista narrativa é uma possibilidade que surge a partir das entrevistas semi-estruturadas, porém utiliza as narrativas contadas como dados, respeitando sua estruturação própria, a fim de obter com profundidade as experiências subjetivas do entrevistado (Flick, 2004). A entrevista narrativa concede mais agência e protagonismo ao sujeito da pesquisa, que fica mais livre para escolher o que e como revelar ao pesquisador sua trajetória. Essa técnica acontece a partir de uma questão norteadora apresentada ao entrevistado, relativa ao tema e objetivo do estudo, que será a “força gerativa da narrativa” (Schütze, 2014), de onde uma história de experiências pelo próprio participante pode emergir (Flick, 2004; Schütze, 2014). É importante que a questão inicial da entrevista seja associada à questão central da própria pesquisa, além de precisar ser clara e específica para se chegar a uma história processual dos eventos vivenciados pelos(as) entrevistados(as). É possível, através de questões específicas relativas a eventos concretos, estabelecer relações com o significado abstrato das situações e dos contextos vivenciados pelo entrevistado. Segundo Flick (2004), “A entrevista episódica rende apresentações associadas ao contexto, na forma de uma narrativa, já que estas aproximam-se mais das experiências e de seus contextos gerativos do que outras formas de apresentação” (p. 117). Seguindo os princípios da entrevista narrativa, a questão norteadora da presente pesquisa foi: “Você pode me contar um pouco da sua jornada até a universidade e como tem sido a experiência no contexto universitário?”. Em seguida, sempre que necessário,

foram realizadas outras perguntas referentes a percepção dos surdos sobre sua identidade social enquanto pertencentes à categoria de pessoas surdas.

3.1 Participantes

Para alcançar o objetivo desejado, foram realizadas entrevistas narrativas episódicas de maneira individual, com pessoas surdas brasileiras, universitárias ou já formadas. Os critérios utilizados para inclusão dos participantes foram: 1. Possuir perda auditiva bilateral de grau moderado a severo; 2. Estar na universidade ou já ter se graduado; 3. Ser maior de 18 anos; 4. Ser oralizado(a) e/ou sinalizante (que se comunica com o uso da LIBRAS).

Foram realizadas 05 entrevistas narrativas episódicas, com pessoas que se autodeclararam surdas (surdez profunda), 03 mulheres e 02 homens com idade entre 25 a 33 anos, que estão na universidade ou que têm nível superior. Todos os entrevistados relatam que têm surdez profunda e bilateral, sendo 03 participantes com surdez congênita e 02 com surdez adquirida desde muito pequenas (Tabela 1). Quanto à delimitação territorial, inicialmente os entrevistados seriam universitários da UFBA, porém pela dificuldade de acesso a estes estudantes, o público foi ampliado para outras universidades.

Tabela 1

Caracterização dos participantes

	Gênero	Idade	Cor da pele	Curso	Tipo de surdez	Forma de comunicação
1	Mulher	33	Preta	Letras-Libras (em andamento)	Congênita-Surdez profunda	Sinais
2	Homem	25	Parda	Sistema de Informação (completo)	Adquirida-Surdez profunda	Sinais e oralização
3	Homem	25	Branca	Engenharia civil (completo)	Congênita-Surdez profunda	Sinais
4	Mulher	27	Parda	Pedagogia (em andamento)	Adquirida-Surdez profunda	Sinais
5	Mulher	29	Parda	Letras-Libras Pós-graduação Educação Especial (completo)	Adquirida-Surdez profunda	Sinais e oralização básica

3.2 Instrumento

Utilizou-se uma entrevista narrativa episódica. Cujas estrutura foi organizada a partir de um roteiro de perguntas (Apêndice A) que serviria para guiar a narrativa (Flick, 2004). As questões do roteiro são convites para que a pessoa surda entrevistada relatasse momentos significativos de interação intragrupo (surdos) e intergrupo (ouvintes) e a percepção de identificações geradas a partir das interações (sentir-se parecido, próximo, pertencente aos grupos com os quais se relaciona). A entrevista narrativa era iniciada mediante uma explanação rápida do objetivo da entrevista e os tópicos abordados, seguido de uma pergunta geradora de narrativa para iniciar a entrevista propriamente dita (*Você pode me contar um pouco da sua jornada até a universidade e como tem sido a experiência no contexto universitário?*). Para completar os fragmentos das narrativas foram incluídas questões complementares (roteiro de perguntas) a respeito de aspectos mais subjetivos do indivíduo e de relações com o cotidiano.

3.3 Procedimento de coleta de dados

Como os participantes da presente pesquisa são considerados vulneráveis, por estarem em condições desprivilegiadas socialmente, faz-se necessário respeitar as suas vulnerabilidades e singularidades. Conforme preconiza o Ministério da Saúde (2002, p. 85) “A pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade”. Neste sentido, na apresentação da pesquisa, foram esclarecidos o objetivo da pesquisa, o método utilizado, os riscos e benefícios, bem como, os direitos do participante. Como as entrevistas foram realizadas em uma situação excepcional de pandemia mundial devido ao vírus da Covid-19, houve a necessidade de serem executadas remotamente para cumprir com os protocolos de distanciamento social.

Respeitando todos os princípios de pesquisa com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA, sob o número CAAE 47003821.9.0000.5686.

A Seguir apresentaremos as etapas adotadas na execução da pesquisa:

a) Busca dos participantes: O primeiro contato foi efetivado de maneira virtual com universidades, associações e profissionais que trabalham diretamente com pessoas surdas, como forma de conseguir contato com os(as) possíveis participantes. Buscou-se o suporte da instituição proponente, a UFBA, para conseguir contatos de estudantes atendidos no Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE). Além disso, também foi solicitado à UFBA intérpretes para o auxílio das entrevistas e transcrições, pois a pesquisadora não é fluente em LIBRAS. Como essas solicitações não puderam ser atendidas

pela universidade, o processo foi mais demorado do que o esperado, sendo necessário expandir os locais de busca por participantes. Dessa forma, as entrevistas foram mais espaçadas, iniciando em agosto de 2021 e finalizando em setembro de 2022. Adicionalmente, a própria pesquisadora teve que contratar o intérprete, através de indicações de colegas acadêmicos. Para tentar captar mais participantes, em setembro de 2022, quando a Pandemia da Covid-19 estava mais amena, foi realizado contato de forma presencial com funcionários surdos da sorveteria Il Sordo, na tentativa de ampliar a amostra. A sorveteria Il Sordo tem como principal objetivo a inclusão de pessoas com deficiência, localizada na cidade de Salvador-Bahia, onde trabalham somente funcionários surdos (Correio, 2023). Lá foi possível fazer contato com o dono do local, que é professor de LIBRAS, o qual auxiliou para que a pesquisadora conversasse de forma on-line com duas mulheres surdas, graduandas em pedagogia, concluindo a amostra de participantes.

b) Contato com os possíveis participantes: Após a identificação dos possíveis participantes, a pesquisadora entrou em contato via e-mail ou whatsapp, respeitando e protegendo a privacidade dos participantes e a confidencialidade dos dados (Ministério da Saúde, 2021). Este processo foi longo e com alguns entraves, devido à dificuldade de ter acesso a pessoas surdas que cumprissem os requisitos básicos para participarem da pesquisa (estar na universidade ou terem passado por ela). Mesmo, entrando em contato com associações de surdos e profissionais que trabalham com reabilitação, não foi possível estabelecer novos contatos com pessoas surdas para compor a amostra de acordo com os critérios estabelecidos.

c) Preparação para a entrevista: Antes de realizar as entrevistas, foi enviado por e-mail um vídeo em LIBRAS convidando as pessoas surdas que se comunicam em língua de sinais para participarem da pesquisa. No vídeo foram apresentados os objetivos e os procedimentos da pesquisa. De forma concomitante, foi enviado por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deveria ser assinado de maneira digital e devolvido à pesquisadora. Somente após o recebimento do TCLE assinado, a entrevista foi realizada, permitindo o acesso dos(as) participantes ao conteúdo dos tópicos tratados no roteiro da entrevista. Além disso, ficava garantido aos(às) entrevistados(as) o direito de não responderem a qualquer pergunta, sem necessidade de justificativa, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. Como as entrevistas foram gravadas, a autorização para o uso da imagem estava presente no TCLE, garantindo a privacidade, preservação da imagem dos participantes e sigilo dos dados, e a não divulgação ou uso das imagens para publicação, apenas seriam usadas para a transcrição do conteúdo das entrevistas. Por se tratar de uma pesquisa cujas histórias relatadas podem ativar temas sensíveis, e no caso de causar algum dano emocional mais intenso, seria fornecida

assistência e contatos para ajuda profissional, o que não foi necessário. Além destes riscos gerais, existem os riscos específicos do uso de plataformas e ambiente virtual, por ser um local propício ao compartilhamento de informações. Para minimizar os riscos, as entrevistas foram realizadas por chamadas de vídeo na plataforma Zoom, que é uma plataforma com criptografia, onde os dados são armazenados e transmitidos da forma mais segura. Além disso, tanto a pesquisadora, o intérprete, quanto os(as) entrevistados(as) estavam em ambientes privados no momento da entrevista.

d) Realização da entrevista narrativa: as entrevistas foram realizadas de forma online, foram gravadas de maneira que todos os presentes na sala estivessem visíveis na gravação: entrevistadora (pesquisadora), entrevistado(a) e intérprete. Por questões éticas, respeito aos participantes e aos dados colhidos, foi priorizado que as entrevistas fossem realizadas nas línguas oficiais de cada indivíduo, no caso das entrevistas com surdos sinalizantes, seria em língua de sinais. Tanto na etapa da entrevista, como na transcrição, a pesquisadora contou com o auxílio de um intérprete, visto que a mesma não é fluente em LIBRAS.

3.4 Procedimento de análise de dados

a) Transcrição das entrevistas: Primeiramente foram efetuadas as transcrições na íntegra das gravações das entrevistas. Transcrições executadas pela pesquisadora de forma minuciosa, com a ajuda do intérprete de LIBRAS. Em duas das entrevistas, houve o uso de formas híbridas de comunicação, isto porque um dos entrevistados (E. 2) sabia oralizar e sinalizar e o outro (E. 3) utilizou o chat da plataforma de vídeo chamada para digitar algumas respostas em português. Quando o entrevistado fazia uso de LIBRAS, buscou-se transcrever o mais próximo do que eles relataram, visto que a tradução da língua de sinais para o português (e vice-versa) não é literal, é feita de forma contextual, de acordo com a junção dos sinais e expressões realizadas, visando a transferência de sentido de uma língua para a outra (Santiago, 2012). Para que o texto ficasse o mais fidedigno possível, as transcrições foram enviadas aos participantes, antes de iniciar a análise de conteúdo, para que os mesmos conferissem o texto e modificasse o que fosse necessário.

b) Análise de conteúdo: A análise do conteúdo foi iniciada utilizando o método da Análise Temática, que permite a organização e descrição detalhada dos dados, possibilitando a interpretação (Souza, 2019). Utilizou-se a abordagem reflexiva da análise temática que propõe fluidez, flexibilidade e aprofundamento das informações (Souza, 2019), o que possibilita atingir coerência com o método de coleta dos dados, que busca entrar em contato com as experiências subjetivas do(a) participante.

A seguir serão apresentadas as etapas da análise temática:

a) Conhecer os dados: É necessário, primeiramente, se familiarizar com os dados, realizando a leitura repetida das entrevistas, atentar a possíveis padrões, além de realizar anotações de ideias e rascunhos sobre o que foi percebido.

b) Codificação: Após essa primeira fase, que exige bastante tempo e dedicação, foi realizada a codificação, ou seja, foi realizado o processo de dar significado e começar a agrupar os conteúdos que chamaram atenção.

c) Início da construção dos temas: Na fase seguinte, os temas foram produzidos e a análise interpretativa propriamente dita começou, ao categorizar os códigos em unidades mais abrangentes e organizar os fragmentos textuais mais importantes de cada unidade. Nesta fase, portanto, foi captado o que era relevante sobre os dados coletados para gerar os temas, apresentados no formato “livro de história” (Clarke, 2017). O modelo “livro de história” possui subtemas e maior detalhamento, além de procedimento “interpretativo, criativo e perspicaz sobre os dados” (Souza, 2019, p. 55).

Os temas pensados para interpretar e analisar os conteúdos das entrevistas deste estudo foram baseados nos escritos teóricos e pesquisas anteriores a respeito da temática central da pesquisa e da teoria da Identidade Social. Dessa forma, buscou-se agrupar trechos importantes das entrevistas a partir de palavras de destaque que apareceram em comum nestes fragmentos, organizando-os em temas que abarquem a teoria da identidade social, associada à constituição de grupos surdos, suas experiências endogrúpicas e relações intergrupais. Após esses processos, realizou-se a revisão dos temas, filtrando e descartando os que não possuíam dados consideráveis para apoiá-los como temas.

d) Acordo de juízes: O acordo de juízes foi realizado como forma de reduzir possíveis vieses do pesquisador e melhorar a precisão nos resultados encontrados (Souza, 2019). Dois integrantes do grupo de pesquisa da linha de pesquisa Cognição Social e Dinâmicas Interacionais, uma mestrande e uma doutoranda que tem aproximação com o tema estudado, experiência com análise qualitativa, interesse e disponibilidade para participar foram as juízas. Foi realizada uma reunião com as juízas para compartilhar o roteiro que guiou as entrevistas, as transcrições das 05 entrevistas e as categorias de análise construídas a partir das transcrições. Após a reunião, os documentos foram compartilhados no Google Drive. Ficou acordado que cada juiz analisaria os conteúdos das entrevistas e as categorias desenvolvidas previamente, verificando se havia coerência, podendo redefinir melhor alguns temas e acrescentar sugestões. Houve uma segunda reunião para que as juízas compartilhassem as observações feitas, críticas e sugestões. Houve algumas discordâncias em relação aos temas e subtemas sugeridos pela

pesquisadora, que foram ajustados durante a reunião. Dessa forma, a pesquisadora reuniu as avaliações e modificou algumas categorias, baseada no que foi discutido no acordo entre os juízes.

e) *Criação das categorias*: Ao final, com a análise de todas as entrevistas, os dados foram organizados em temas definidos e nomeados a partir da natureza de cada um dos temas e seus subtemas assim constituídos: Três temas centrais e nove subtemas, como constam na tabela abaixo (Tabela 1). A partir da categorização foi possível mapear a percepção dos surdos em relação às suas identidades, em especial a identidade de surdo.

Tabela 1

Categorias de análise

Temas	Subtemas
1. Categorização social	1.1 Comparação intercategoriaal 1.2 Comparação intracategoriaal 1.3 Imagens do outro sobre o surdo
2. Identidade social	2.1 Vivências intragrupais 2.2 Vivências intergrupais 2.3 Sentimento de pertença 2.4 Ser surdo universitário
3. Estratégias de enfrentamento	3.1 Movimentos individuais 3.2 Movimentos coletivos

Capítulo 4

4 Resultados e discussão

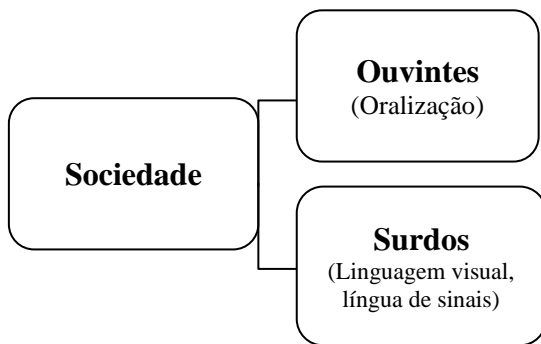
Após a criação das categorias temáticas, foi possível analisar a frequência dos conteúdos presentes nas narrativas e interpretá-los com maior precisão. Muitas falas a respeito de “ser surdo” se repetem entre os(as) entrevistados(as), o que mostra convergência de visões entre os que se identificam como surdos.

4.1 Categorização social

Dentre os conteúdos capturados nas narrativas a categorização social é crucial para as identidades dos surdos. Ficando visível que a construção da identidade de surdo passa necessariamente pelo processo de diferenciação categorial, em que estão presentes a percepção de proximidade e de pertença grupal, ao mesmo tempo em que ocorre a diferenciação, segregação e ou exclusão em relação ao grupo diferente, tal como preconiza Tajfel (Perlin & Quadros, 2006; Tajfel, 1981). No discurso dos participantes, foi possível perceber a comparação intercategorial entre surdos e ouvintes, bem como, comparação intracategorial entre surdos e “deficientes auditivos”.

4.1.1 Comparação intercategorial

No processo de autoconhecimento categorial, as diferenciações entre surdos e ouvintes feitas pelos(as) entrevistados(as) foram essenciais para a formação da identidade social de surdo, ou seja, para a formação de uma posição sobre si mesmo em relação a categoria a qual pertence e em relação aos grupos com os quais não pertencem, mas que se relacionam. Percebe-se que a diferenciação feita pelos surdos entrevistados entre sua categoria e a categoria ouvintes estava pautada nos aspectos da comunicação e expressão. A Figura 1 mostra a diferenciação categorial percebida na sociedade, em que os ouvintes se expressam através da oralização e os surdos através de meios visuais, como a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Ao passo que na Tabela 2, é possível visualizar os discursos que qualificam esta diferenciação entre os surdos e os ouvintes e a frequência que apareceram nas entrevistas.

Figura 1*Diagrama de comparação intercategorial***Tabela 2***Definição categorial de Surdos e Ouvintes*

Categoria	Definição	Porcentagem
Surdo	LIBRAS, língua de sinais	100%
Ouvinte	Oralização	60% (E. 1,3,4)

No discurso dos participantes, o ouvinte é representado pela fala, a escuta, o domínio da leitura e da escrita na sociedade, aspectos que formam o poder referente às normas sociais, representações, leis e identidades, o que significou uma ameaça para o surdo por muito tempo (Perlin & Quadros, 2006). Enquanto que os surdos são aqueles que se utilizam das experiências visuais e da língua dos sinais. Uma evidência importante de pertencimento ao grupo, como observado nas narrativas, é a comunicação visual, não necessariamente a língua de sinais, mas sinais visuais de comunicação (Sacks, 2010).

A literatura define que o sujeito categorizado como surdo tem a experiência visual como meio de comunicação e mecanismo cultural primordial, visto que há a ausência da audição (Strobel, 2013), o que foi citado nas narrativas dos participantes da pesquisa (E. 1 e 4). Nota-se que as pessoas surdas, especialmente as que têm surdez profunda, as experiências visuais são centrais, percebem o mundo de uma forma naturalmente diferente das ouvintes, como observado na seguinte narrativa “São diferentes as pessoas ouvintes das pessoas surdas. Você percebe que são diferentes. Os ouvintes conversam e os surdos fazem língua de sinais através da visualização, são totalmente diferentes” (E. 1, surdez profunda, LIBRAS). A experiência visual também ficou retratada na percepção da aprendizagem durante a trajetória estudantil:

“Ela [mãe] me ajudou na relação com os ouvintes, porque é muito diferente, os surdos aprendem pelo visual, e ele gosta de conversar, de encontrar com amigos... então eu fui crescendo, estudando, até o segundo ano e fui para escola junto com ouvintes no segundo ano” (E. 4, surdez profunda, LIBRAS). Ademais, no discurso narrativo dos entrevistados emerge uma percepção de diferenças no processamento neurológico e cognitivo das informações ocorrida entre surdos e ouvinte:

O cérebro dos surdos funciona diferente do português, com o uso de imagens, por exemplo, diferente do ouvinte, que pensa escrevendo. Por exemplo, o ouvinte pensa em “água”, ele pensa na palavra, diferente do surdo, que vai pensar na imagem. Por isso é importante ter a comparação do ouvinte, que já nasceu ouvinte, que ouve, fala, enquanto o surdo percebe as coisas através da imagem, da atenção visual. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS)

Contrapondo ao paradigma de uma sociedade homogênea e estruturalmente pautada na visão do ouvinte, os participantes surdos apontam para a existência de uma cultura própria dos surdos em que a interação com o mundo ocorre por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (Câmara dos Deputados, 2005), e conseqüentemente reflete na identidade social dos surdos, como é apontado na seguinte narrativa: *“A diferença é a cultura. Por exemplo, os índios têm uma cultura diferente dos outros grupos de ouvintes, D.A. é diferente dos ouvintes, os surdos são diferentes.”* (E. 5, surdez profunda, LIBRAS). As narrativas validam a comparação entre ouvintes e surdos, atribuindo às categorias sociais características específicas, especialmente aquelas fundamentadas na comunicação e expressão como forma de representá-las socialmente:

São diferentes [ouvintes e surdos] porque a comunicação básica em Libras é totalmente diferente do português quando escrito. Por exemplo, para o ouvinte se fala “eu vou para sua casa”, o surdo escreve “eu vou sua casa”, porque em Libras não tem as conjunções “de”, “para”, então o ouvinte quando lê não entende. Mas o ouvinte consegue se comunicar em Libras básica com o surdo. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS)

Vale ressaltar que, embora os surdos possam ser reconhecidos como membros de uma “comunidade”, se autocategorizam como surdos, se identificam e se reconhecem numa perspectiva sócio-cultural (Perlin, 1998; Skliar, 1998; Strobel, 2013), não estão isolados do universo ouvinte. Os surdos brasileiros fazem parte do mesmo contexto sócio-histórico que os ouvintes, possuir características comuns nos espaços por onde caminham e interagem, como a nacionalidade, religião, raça, gênero, entre outros, ainda que possuam cultura própria e a identidade social surda.

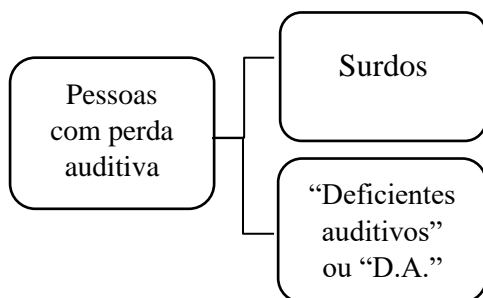
4.1.2 Comparação intracategorial

Durante a pesquisa, observou-se que no processo de construção da identidade social de surdo também aparece a comparação social intracategorial ou seja, entre “surdo” e “pessoa com deficiência auditiva” (os participantes costumam chamar de “D.A.”). Diferença que nos leva a questionar: são membros de uma mesma categoria que se subdivide? Ou categorias totalmente separadas?

Conforme pode ser observado na Figura 2, na percepção dos surdos, uma pessoa com alguma perda auditiva pode ser categorizada como surda ou como “D.A.”, a depender das especificidades que a constituem. É a partir das características desses conjuntos que notamos como suas relações e vivências são desenhadas dentro de cada grupo e entre eles. A seguir analisaremos cada uma destas subcategorias na perspectiva do surdo, em que se assemelham e se diferenciam.

Figura 2

Diagrama de Comparação intracategorial



Se analisarmos a autocategorização social, e o autoconceito sobre quem se é, todos os participantes se autodeclaram “surdos”, sendo que um deles (E.2), se autorreconhece primeiramente como surdo e em algumas situações, como pessoa com deficiência auditiva, porém tem clareza de que não pertence a categoria ouvintes. O mecanismo utilizado para diferenciar a pertença categorial é a forma de se comunicar, assim como é feito na diferenciação entre surdos e ouvintes.

Na verdade, eu primeiro me considero surdo. Segundo eu me considero como deficiente auditivo. E não tem como eu me considerar como ouvinte. Quando eu converso com surdo ou surda, eu sou surdo, porque o principal é a comunicação. Então quando eu converso com você, Rafaella, que é ouvinte, uso a oralidade. (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização)

As características principais percebidas pelos entrevistados, utilizadas como base para definir a diferenciação intracategorial, estão resumidas nas Tabelas 3 e 4:

Tabela 3*Classificação e definição de pessoas com deficiência auditiva*

Deficiência auditiva	Frequência de relatos
Conseguem oralizar, usam oralização	100%
Sabem LIBRAS	60% (E. 3, 4, 5)
Perderam a audição, diminui com o tempo	40% (E. 1, 3)
Escreve em português	40% (E. 3, 5)
Usa aparelho	40% (E. 2, 3)
Suporta mais informações	40% (E. 2, 3)
Semelhantes aos ouvintes	40% (E. 3, 4)
Audição não é totalmente reduzida	20% (E. 4)

Tabela 4*Classificação e definição de pessoas surdas*

Surdos	Frequência de relatos
Fluente em LIBRAS	100%
Usa LIBRAS na comunicação	100%
Dificuldade com leitura e escrita em português	100%
Identidade própria	60% (E. 1, 4, 5)
Não recebe todas as informações, informações pequenas	40% (E. 2, 3)
Nascem surdos	20% (E. 1)
Surdez mais profunda	20% (E. 1)
O D.A. pode se tornar surdo	20% (E. 3)

Os processos de diferenciação e assimilação dentro da categoria de surdos, suscitados pelos participantes da pesquisa, são marcados pelas diferentes formas de comunicação e pela possibilidade ou impedimento de comunicação e socialização nos espaços. Pode-se visualizar nas narrativas como os participantes classificam as pessoas com perda auditiva em “surdos” e “deficientes auditivos”:

Tem diferença. É a forma de receber a informação e também entender a informação. Por exemplo, como sou surdo, eu não escuto, uso aparelho, se eu tirar o aparelho e a pessoa falar comigo eu não vou entender. Se a pessoa falar comigo sem oralizar, só mostrar a mão, eu vou entender. Como deficiente auditivo, usando o aparelho, eu posso ouvir o som da palavra que você fala, aí eu posso entender o que você quer dizer. Então a diferença grande é a informação... Deficiente auditivo consegue suportar mais algumas palavras, mais informações, o surdo não recebe todas as informações. (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização);

O D.A sabe português e mais ou menos de libras, o ouvinte conhece várias palavras do português, o D.A. escreve o básico de português, o ouvinte escreve perfeitamente. O D.A. consegue fazer a leitura labial do português, mas é diferente do ouvinte. Os ouvintes entendem “três mais dois é igual a cinco”, os surdos entendem “ $3+2=5$ ”, eu tenho que escrever os números para poder me comunicar com os surdos, por exemplo. Uso palavras que os surdos poderiam conhecer para me comunicar com eles, e não os nomes dos números porque alguns surdos podem não conhecer. O ouvinte escreve tudo, tem facilidade, mas o surdo demora mais com a escrita porque não conhece muito, precisa de ajuda, a escrita é diferente dos sinais, a comunicação é diferente. Entende? Porque os surdos não ouvem, então não ouviram milhões de palavras, imagino que não conhecem os significados delas. (E. 3, surdez profunda, LIBRAS)

Nestes exemplos, ao classificarem os surdos que não utilizam LIBRAS como “deficientes auditivos”, devido ao uso ou não do aparelho auditivo e a forma de se comunicar, é perceptível que a terminologia baseada no modelo biomédico ainda persiste e está presente, inclusive, na própria comunidade surda, o que marca a diferenciação intracategorial. Isto é um contraponto ao que é dito na literatura, a qual afirma que dentro da comunidade surda, entre os surdos que compartilham das experiências visuais e da língua como seus principais artefatos culturais, não há diferenciação de acordo com o grau de surdez, mas sim a partir do “nível” de pertencimento ao grupo, medido pelo uso de tais artefatos (Strobel, 2013).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2014) existem níveis de perdas auditivas, o que influenciará nos aspectos e tipo de linguagem utilizada pelo indivíduo surdo, como observado nos relatos anteriores, em que se explicita que é possível estar no mundo de duas maneiras, com o uso de aparelho auditivo ou não. O uso de aparelho significa que a pessoa tem resquícios de audição e tem a possibilidade clínica de utilizar aparelho auditivo, podendo ouvir alguns sons e a partir do treinamento fonoaudiológico pode entender os conteúdos que ouve. Nos relatos, ser surdo está ligado à possibilidade de não usar o aparelho auditivo e de se

comunicar através da LIBRAS. Vemos ainda, em um dos relatos, o participante (E.2) que vivencia ao mesmo tempo as duas formas de surdez e de comunicação, visto que ele utiliza aparelho auditivo, oraliza e sinaliza. É importante pensar na identidade surda também de forma plural, expandindo para as possibilidades híbridas ou flutuantes, igualmente potentes e ricas. Os grupos sociais não são homogêneos, existem diversidade e particularidades, ainda que haja a tendência de observarmos os exogrupos (grupos externos) como algo único (Tajfel, 1981).

Sabe-se que os surdos que não se aproximam da cultura surda, não conhecem e não utilizam a LIBRAS têm uma aproximação com os atributos da categoria ouvinte, alguns foram educados a oralizar como os ouvintes desde criança, outros desejaram aprender a oralização já crescidos (Perlin, 2003). Nas narrativas coletadas, foi identificada uma explicação sobre este fenômeno:

Eu, sendo surdo, não sinto discriminação por parte dos D.A, mas eles querem viver como os ouvintes, e é “ok”, entende? É normal. Por exemplo, você diminui a audição... a pessoa ouvinte nasce ouvinte, vai se desenvolvendo e cresce normalmente até que a audição diminui com o passar do tempo e a pessoa agora é D.A. Entende? Usam o implante coclear, colocam o aparelho (mostra um aparelho), conseguem oralizar e vivem igual aos ouvintes, porque eles já sabem e praticam a oralização. É tranquilo, mas eles ainda não querem aprender LIBRAS, porque não têm uma vivência igual a dos surdos. Mas, se o D.A. quiser aprender Libras, ele aceita conhecer o mundo dos surdos, ele pode mudar para o “mundo” dos surdos. Todo surdo é deficiente auditivo, mas nem todo deficiente auditivo é surdo. Assim como todo evangélico é cristão, mas nem todo cristão é evangélico, por exemplo. Exemplo, esse livro sobre Libras, a pessoa D.A. pode ler e conhecer o mundo da Libras e pode mudar para “surdo”. (E. 3, surdez profunda, LIBRAS)

No exemplo anterior nota-se que existe a possibilidade de uma pessoa surda oralizada conhecer, aprender e até mesmo adentrar totalmente à cultura e identidade surda política (Perlin, 1998, 2002), utilizando a LIBRAS e participando de atividades da comunidade. Existe, portanto, a possibilidade de uma recategorização social por meio da língua e da cultura. Existem outros casos de alguns surdos que se afastam da cultura predominantemente surda, por motivos variados, mas é possível notar nas entrevistas que existe uma barreira de comunicação e interação entre surdos que usam LIBRAS e ouvintes na sociedade, o que pode favorecer para que pessoas com perda auditiva busquem a oralização. O entrevistado 2, por exemplo, traz uma vivência diferente dos demais entrevistados e mais próxima à oralização e aos ouvintes durante sua trajetória de vida, principalmente no âmbito educacional, entendendo que a comunicação com surdos oralizados é mais acessível: *“Infelizmente eu percebo que os surdos que entendem oralização, que sabem português, são ótimos, se entendem, se encontram com outros surdos, os que não tem esse conhecimento é um pouco complicado, é diferente”*. (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização)

Nota-se na amostra de entrevistados frequência considerável (60%) do reconhecimento de pertencimento à comunidade surda, demonstrando adesão dos participantes às características e identidade surda. Isto pode ser explicado teoricamente pelo favoritismo endogrupal, ou seja, pelo grupo de pertencimento, haja vista que os entrevistados vivem num macrosistema em que os surdos estão historicamente em conflito com os ouvintes, em situação de opressão e luta por direitos.

No relato da entrevistada 1, por exemplo, a surdez é definida como um nível mais profundo da perda auditiva e um marcador da “identidade própria” do surdo. A participante se refere aos surdos como aqueles que nasceram com a perda auditiva profunda e desde criança têm características linguísticas e comunicativas específicas, baseadas nos artefatos visuais, além de precisarem enfrentar os desafios de suas vivências nas instituições sociais, especialmente ao se relacionarem com as estruturas ouvintes.

D.A. são as que perderam a audição, ainda conseguem oralizar, surdo é mais profundo e na comunicação usa a LIBRAS. Mas D.A. tem muitas barreiras também, porque demoram para oralizar, tem que aprender e o surdo precisa aprender Libras [...] o surdo nasce surdo e vai se desenvolvendo aos poucos formando sua identidade própria, tem muitas diferenças, sofrem muitas vezes e é bem difícil, ficam preocupados desde criança. (E. 1, surdez profunda, LIBRAS)

4.1.3 Imagens do outro sobre o surdo

Historicamente, as pessoas surdas, especialmente as sinalizantes, têm vivenciado situações em que a surdez não é enxergada, ou é vista como uma limitação cognitiva, além de auditiva. Atitudes e comportamentos capacitistas tendem a ocorrer na sociedade como algo natural, ao haver imposição da comunicação oral ou na indiferença e até mesmo desrespeito da população e das instituições em relação à língua de sinais. Este tipo de comportamento reforça a invisibilidade dessa parcela da população, pois anula seus direitos e possibilidades de identificação e de inserção plena na sociedade.

Usando como inspiração o livro “Imagens do outro sobre a cultura surda”, da pesquisadora surda Karin Strobel (2013), este subtema se refere à percepção dos surdos a respeito da formação de estereótipos e preconceitos, representada pelas atitudes negativas, relativos à categoria surda, que podem surgir no processo de categorização social e nas dinâmicas relacionais intragrupal e intergrupais. O “outro” pode ser uma instituição, como escola, trabalho, família, ou pessoas e grupos menores. Perpassa, portanto, nos atributos que são designados ao outro e automaticamente a si mesmo, no processo de categorização e autocategorização, para a identificação social.

Os participantes narraram a percepção do desinteresse por parte de ouvintes em se relacionarem com a categoria de pessoas surdas e os estereótipos e preconceitos envolvidos foram contemplados em momentos diversos das narrativas coletadas na presente pesquisa, não apenas nas universidades, como também em outros contextos cotidianos (farmácia, médico, família, entre outros), como podemos assinalar nos estereótipos citados pelos participantes (Tabela 5), e conforme o seguinte relato: *“às vezes, percebo um pouco de preconceito porque parecem esquecer de mim e me desprezam, não tem o interesse de aprender LIBRAS, de se esforçar”* (E.4, surdez profunda, LIBRAS).

Tabela 5

Percepção dos estereótipos atribuídos pelos ouvintes

Estereótipos	Frequência
Fechados, calados, têm vergonha, são dependentes	40% (E. 1, 5)
De outro país	20% (E. 2)
Surdos oralizados são ótimos na comunicação	20% (E. 2)
Surdo-mudo	20% (E. 4)

A entrevistada 5 relata que a falta de conhecimento a respeito de leis e direitos deixa os surdos passivos para reivindicações, além de estarem em posição de dependência, algumas vezes: *“Mas os surdos ficam calados às vezes por estarem acostumados a ficarem dependentes da família.”* (E. 5, surdez profunda, LIBRAS). Alguns estudos sobre deficiência e surdez ao longo dos anos compilam estereótipos que estão de acordo com o que foi observado, especialmente aqueles relacionados à incapacidade e dependência dos surdos (Sasaki, 2013), além de serem considerados isolados (Lane, 1992).

O entrevistado 2 (surdez profunda, LIBRAS e oralização) traz reflexões interessantes sobre a visão da sociedade ouvinte em relação aos surdos. Ele aponta estereótipos que focam em características linguísticas e expressivas, quando realiza atividades diárias em ambientes públicos, fora da universidade: *“Como eu sou surdo eu entro na padaria, na farmácia, e quando eu peço alguma coisa, essas pessoas ouvintes pensam que eu sou de outro país porque meu sotaque não é baiano, não é nordestino, não é paulista, não é mineiro.”* Em outro momento, ele complementa: *“As pessoas pensam que sou ouvinte porque oralizo muito bem. Não, eu não sou ouvinte, eu compro, mostro, peço licença, faço algumas coisas com a oralidade e as*

peessoas se assustam: oxe! Ele é de outro país?” Estas falas remetem a estereótipos já apontados na literatura em estudos feitos sobre os surdos e ainda em pesquisas com depoimentos dos próprios surdos, principalmente no contexto escolar. Estereótipos relacionados à “imagem de serem estrangeiros, forasteiros, exilados” (Skliar, 1998, p. 51) no próprio país, que indicam o desconhecimento por parte dos ouvintes das diferenças e particularidades linguísticas e culturais da categoria surda.

A entrevistada 4 fala, de forma crítica, sobre um estereótipo muito utilizado socialmente pelos ouvintes para se referir a surdos, o termo “surdo-mudo”, e tenta explicar que é inadequado seu uso:

Eu falava com os ouvintes “você já chamou seu amigo surdo de mudo?” E eles respondiam “já, por que?” e eu dizia que é preciso tomar cuidado com as palavras, porque o surdo não se sente mudo. E aí os ouvintes não entendiam, então eu explicava que eu, por exemplo, nasci ouvinte, depois fiquei surda, mas eu falo. Por exemplo, na TV, se eu desativar o som fica “mudo”, porque não dá mais para ouvir o que se fala. Mas o surdo não é mudo, ele não fala porque não ouve. Isso é preconceito, não pode. Os surdos gritam, choram, os surdos riem, os surdos falam. A gente nasce chorando, normal. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS)

A expressão “surdo-mudo” era uma nomenclatura muito utilizada nos séculos XVIII e XIX, fundamentada em uma visão biomédica e ligada a termos pejorativos como “imbecil, violento e de má índole” (Lobo, 2015). Esta visão era associada ao fato de muitos surdos não terem adquirido linguagem escrita, nem língua de sinais, crescendo de maneira mais bruta e algumas vezes revoltada, devido a impossibilidade de comunicação e conexão com seus familiares. O domínio da comunicação oral estava atrelado ao desenvolvimento intelectual e à docilidade do indivíduo, portanto os surdos eram vistos de maneira ameaçadora, inclusive por não representarem uma identidade social homogênea com as outras deficiências (Lobo, 2015; Bosse, 2017). Representação do surdo presente em um estudo de 1881 de Tobias Leite em que as características generalizadas dos “surdos-mudos” se remetem à adoecimento e outras deficiências: “face pálida, a fisionomia morta, o olhar fixo, a caixa torácica deprimida, movimentos lentos e o caminhar trôpego e oscilante” (Leite, 1881 apud Lobo, 2015, p. 61), além de características comportamentais como: forte timidez e desconfiança (Lobo, 2015). Este estereótipo também está na base de outras crenças a respeito dos surdos que perduram até hoje e que foram citadas no nosso estudo como ter vergonha, ser fechado e se calar.

Nas narrativas analisadas foi perceptível o processo de diferenciação intracategorial entre os surdos e nesse processo o próprio surdo pode fazer o papel do “outro”, reproduzindo discursos de uma estrutura hegemonicamente ouvinte, que segrega e exclui as diferenças. Podemos exemplificar na fala desta participante, que se sente diferente de alguns surdos que

não se abrem para aprender LIBRAS: *“Porque eles são muito fechados para eles mesmos, nunca começaram a abrir a cabeça para o mundo, nunca tiveram contato com a comunicação em LIBRAS”* (E. 1, surdez profunda, LIBRAS).

As entrevistas reforçam que, no caso dos surdos, a comunicação se torna uma barreira central para a integração da categoria na sociedade e consequente interação com os ouvintes. Isto corrobora com a definição de que a deficiência é uma união das particularidades físicas individuais com as questões ambientais e atitudinais que limitam e oprimem, como consta na Convenção dos direitos das pessoas com deficiência, publicada pela ONU, em 2006.

Estudos apontam que existe uma ignorância da parcela ouvinte da sociedade em relação às características que constituem e diferenciam os surdos enquanto categoria (Lopes & Leite, 2011; Rocha, 2012). Strobel (2008) afirma em sua tese que os ouvintes costumam nomear os surdos de forma inadequada, com termos pejorativos que denotam inferioridade, devido à falta de conhecimento em relação ao grupo:

A sociedade não conhece nada sobre o povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, ou lidam como se tivéssemos “uma doença contagiosa”, ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento. (Strobel, 2008, p. 31)

Falta de conhecimento ou negação e negligência? Afinal, hoje em dia informações sobre diversidades são muito difundidas e mais acessíveis, além de existir legislações relacionadas aos direitos dos surdos, principalmente no âmbito educacional, como por exemplo a obrigatoriedade de haver a LIBRAS como disciplina optativa nos cursos de graduação das universidades (lei 10.436).

Alguns autores (Horkheimer & Adorno, 1985; Crochik, 1996) explicam que o diferente causa afastamento, no máximo sendo tolerado ou integrado na adaptação à luta pela sobrevivência na sociedade. A partir disto, é possível explicar o distanciamento e até mesmo desinteresse de muitos ouvintes em relação à surdez e às pessoas surdas. Mas essa distância também é um fôlego para o preconceito e discriminações tomarem forma, ainda que de maneira velada.

4.2 Identidade social

Ao analisar os repertórios discursivos presentes nas narrativas constatou-se relatos comuns e importantes para a formação e reconhecimento da identidade social dos surdos durante a trajetória de vida em diversos contextos, em especial, o contexto familiar e educacional. Os entrevistados narram que a identidade social de surdos, foi sendo construída aos poucos desde a infância. Trajetórias de vidas mediadas, principalmente, pelas relações familiares e no contexto educacional. Ainda que apresentem similaridades no processo de construção da identidade de surdo, particularidades existem e merecem atenção especial, pois ajudaram na construção da identidade pessoal. As diferenças e semelhanças na identidade social de surdo serão exploradas a partir dos subtemas: Vivências intragrupais e Vivências intergrupais.

4.2.1 Vivências intragrupais

No processo de construção da identidade social as vivências intragrupais são marcadas pelas experiências compartilhadas entre os membros da comunidade surda, através da cultura surda, que passa a constituir a identidade surda. A língua de sinais, característica central da categoria, permite uma comunicação mais direta e acessível, o que suscita uma sensação de proximidade e semelhança entre os membros da comunidade surda. Estudos apontam que nas dinâmicas relacionais entre surdos é comum haver uma forte sensação de comunidade, solidariedade e empatia, haja vista que muitos enfrentam desafios semelhantes, como a barreira de comunicação com os ouvintes e as dificuldades de acesso a informações, serviços, acessibilidade atitudinal, dentre outros (Perlin, 2003; Strobel, 2013; Fiocruz, 2021). No entanto, assim como em qualquer categoria social, existem diferenças individuais, e nem todos compartilham da mesma vivência ou visão de mundo, como foi possível perceber nas entrevistas. Na Tabela 6, apresentamos de forma sintética as principais características das dinâmicas relacionais intracategoriais (relação entre surdo e surdo) apontadas nas falas dos entrevistados.

Tabela 6*Dinâmicas relacionais intragrupais*

Relação surdo e surdo	Frequência
Integração, suporte	100% (E. 1, 2, 3, 4, 5)
Falta de tempo/dificuldades para contato	100% (E. 1, 2, 3, 4, 5)
Gosta do contato com outros surdos	80% (E. 1, 3, 4, 5)
Amizades	80% (E. 1, 2, 3, 5)
Convivência na infância/juventude	80% (E. 2, 3, 4, 5)
Interação na universidade	60% (E. 1, 4, 5)
Empatia	40% (E. 1, 3)
Dificuldades de comunicação entre surdos	40% (E. 1, 2)

Como podemos ver destacado na tabela acima, foi observado nas falas dos(as) entrevistados(as) a satisfação e valorização do contato entre surdos, expresso em narrativas de situações de integração e suporte dentro dos grupos de convívio (100% dos entrevistados), além de sentimento de empatia pelos desafios vivenciados. Este contexto propicia a boa comunicação e a existência de amizades entre os surdos, o que é percebido na alta frequência (80%). Mesmo no contato com os surdos as dificuldades de comunicação ainda estão presentes, mas é importante destacar que esta dificuldade aparece quando o outro surdo não sabe LIBRAS e/ou oralizar, onde surge uma barreira na comunicação.

Nota-se nas falas dos participantes a valorização do contato com outras pessoas surdas como forma de construir e fortalecer suas identidades. A importância das interações entre os pares – os surdos – e a percepção de desenvolvimento cognitivo-social e aprendizagem, é representado na seguinte fala: “*Na . . . os surdos são muito importantes para o desenvolvimento, aprendem com o grupo. É muito importante abranger essas questões com os surdos, sobre inclusão, sobre desenvolvimento, aprendizagem, interação dos alunos, para o futuro ficar melhor*” (E. 1, surdez profunda, LIBRAS).

Após a análise das narrativas ficou evidenciado a relevância do contato com outros surdos e o quanto isso foi fundamental para a composição da identidade de surdo dos entrevistados. No relato da maioria dos participantes (80%) a convivência com pelo menos uma pessoa também surda quando crianças foi declarada, ou com um grupo de surdos nas escolas

(40%). Como exemplo trazemos as narrativas de dois participantes que descrevem na sua trajetória escolar a importância do contato com outros surdos, da dificuldade de encontrar e manter laços afetivos de amizade com outros surdos por falta de oportunidade ou de encontrá-los e o quanto esta escassez de contato com outros surdos dificultou a inclusão social devido a dificuldade de comunicação:

Com 15 anos, na escola eu tive contato com um surdo – só havia um surdo na escola e eu aprendi LIBRAS com ele. Então ele me ensinava e eu ficava muito feliz, mas esse foi o primeiro passo. Depois, no final do ensino fundamental 2, a gente se afastou, eu voltei para Feira de Santana e fiquei procurando outros surdos lá e não tinha, então cheguei na escola e todos eram ouvintes, então eu tive muita dificuldade em relação à comunicação, que era extremamente difícil, os professores explicavam e eu não entendia nada. (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização);

Só na sexta série, tinha um surdo, um novo colega que encontrei, nos conhecemos e viramos amigos. Ele me falou que aprendeu o curso básico de Libras. Um surdo, só na sexta série, que entrou na escola, me viu e percebeu “oh, você é surdo? Que legal!” Queria ajuda para saber o básico de Libras, porque não teve muito contato com outros surdos antes. (E. 3, surdez profunda, LIBRAS)

Os participantes que tiveram contato com somente um surdo quando criança, não tiveram interação com surdos na universidade, porém relataram oportunidades de desenvolver essas relações em outros espaços. A entrevistada 1, que não tinha relação com surdos quando era criança, conseguiu transpor essa barreira ao adentrar a universidade, onde tem interação com outras pessoas surdas. As participantes que se relacionavam com outros surdos na infância e juventude mantiveram essa dinâmica durante suas trajetórias, tanto no ambiente universitário como também em contextos diversos. A entrevistada 5, por exemplo, narra: “*Na família eu não tinha essa possibilidade de conversar somente com surdos, em LIBRAS. Na escola a gente batia papo uns com os outros em LIBRAS e não era difícil.*” Relata ainda que, desde criança, interage com surdos e ouvintes no meio estudantil:

Então, na escola só tinha eu de surda, até a 5ª série. Depois eu me mudei para outra escola, inclusiva. Eu não tinha contato só com surdos, lá convivia com diferenças, interagi com ouvintes, adquiria conhecimento a partir disso. Eles vinham até mim para interagir, ter contato, tive uma experiência boa, eu me sentia bem, interagia, eles tinham interesse em aprender e usar a Libras. Assim, fui seguindo, até que me formei no 3º ano, e eu tinha o desejo de entrar na faculdade para me desenvolver mais academicamente, eu achava isso o normal. Então eu entrei no curso de Letras-Libras, na área de inclusão, com a ajuda dos intérpretes de Libras eu consegui me formar. Depois, fiz a pós-graduação e agora estou fazendo Pedagogia bilíngue no INES, que é diferente, de forma EaD e interação totalmente em Libras. Já comecei a construir o TCC... A experiência tem sido muito boa. (E. 5, surdez profunda, LIBRAS)

O relato demonstra um avanço no processo de inclusão de pessoas surdas no contexto educacional brasileiro. Isto é visto em outras narrativas, através de muitos movimentos individuais dos participantes da pesquisa e de suas famílias para que suas inclusões sejam efetivas nas escolas e universidades. As experiências dos surdos entrevistados nas universidades serão destacadas no tema “Ser surdo universitário”.

Na literatura, identifica-se historicamente a importância da interação entre surdos para o processo educacional dos mesmos, no caso da comunicação em língua de sinais, haja vista as especificidades culturais da categoria. Portanto, para as pessoas surdas terem acesso ao conhecimento e constituírem suas identidades, é muito importante o vínculo com outros surdos que usam a língua em comum – nesse caso, a língua de sinais (Strobel, 2013). Existe uma perspectiva inclusiva nesse discurso, que pode ser pautada na política de educação inclusiva, defendida pela Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (*Lei nº 13.146, 2015*) e pelas legislações voltadas especificamente aos direitos dos surdos. A educação inclusiva não é um modelo de ensino que atende apenas a pessoas com necessidades educacionais específicas, mas beneficia a todos, pois pensa nas diversidades existentes na sociedade e formas acessíveis de garantir o direito ao ensino.

Para além da importância das interações sociais no âmbito educacional com seus pares, as situações do dia a dia, como em momentos de lazer ou em ambientes de trabalho também são destacadas em alguns relatos, como nestes exemplos elencados:

“Ele é meu melhor amigo, de muitos anos. Hoje, nós estamos trabalhando no . . .” (E. 3, surdez profunda, LIBRAS);

Tem alguns que não sabem LIBRAS, tenho um pouco de contato normal, a gente se encontra, conversa, com um ou dois surdos. Mas em . . ., na cidade vizinha, a gente consegue se comunicar: tem os sinais, têm outros surdos, a gente começa a aprender quando não sabe, tem praças onde a gente se encontra, a gente se ajuda, falamos “oi” e tal. É bem legal, com alguns surdos, mas com alguns a gente não tem muito contato não. Às vezes os surdos não sabem, a gente ensina, às vezes eles me ensinam também, a gente aprende e vai se desenvolvendo, vai conseguindo passar (E. 1, surdez profunda, LIBRAS);

Eu tenho participado da associação de comunidade surda, porém não me comunico com surdos porque cada surdo tem sua própria vida diferente, não tem meios para se comunicar. O objetivo da associação da comunidade surda é facilitar a comunicação para levar pessoas surdas para trabalhar. Mas na parte de comunicação eu não estou participando. (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização)

Conectado à valorização destas interações, dos sentimentos agradáveis, da sensação de integração e de inclusão dentro da categoria, há o reconhecimento das dificuldades enfrentadas

pelas pessoas surdas na sociedade, associadas às barreiras sociais, em especial a de comunicação e estereótipos, como exemplificado na seguinte fala: *“Na escola não tinha nenhum intérprete, a gente era só surdo e pronto, era muito triste para mim nas escolas, eu não me encontrava com nenhum surdo, não tinha inclusão”* (E. 1, surdez profunda, LIBRAS). Em vista disso, é perceptível um processo de constituição de cultura e identidade social fundamentadas numa língua comum e experiências semelhantes que têm a diferença como aspecto central e as implicações em torno disso, como os movimentos em prol das conquistas de seus direitos.

Ainda que exista o enaltecimento da cultura e da língua de sinais, percebe-se que existem variações de comunicação até mesmo dentro da categoria “pessoas surdas”, o que separa grupos e modifica conceitos, mas não necessariamente impede totalmente a integração e comunicação entre estes grupos diferentes. O seguinte relato descreve muito bem um movimento de integração entre os surdos e o quanto a possibilidade de ensinar alguns sinais de LIBRAS aos que não sabem contribui no desenvolvimento cognitivo e social da categoria: *“Eu me sinto assim, sei lá, diferente dos outros surdos (...) Porque eles são muito fechados para eles mesmos, nunca começaram a abrir a cabeça para o mundo, nunca tiveram contato com a comunicação em LIBRAS, e eles precisam ver o mundo, olhar, conhecer, saber LIBRAS, se comunicar”* (E. 1, surdez profunda, LIBRAS).

A literatura aponta que a aproximação entre pessoas surdas no cotidiano, que utilizam a mesma língua para se comunicar, é um fator crucial para o reconhecimento do indivíduo como semelhante a outras pessoas e a um grupo, e diferente de outros, formando suas identidades pessoal e social nesse processo (Skliar, 1998; Perlin, 1998, 2003; Strobel, 2013). Strobel (2013) traz em sua tese um relato pessoal de sua vivência como surda, apontando como o contato com outros surdos foi um ponto importante de mudança na sua vida: *“Ao ter contato com a comunidade surda, o meu mundo abriu as portas e eu pude explorar e expandir para fora tudo o que estava insuportavelmente sufocado dentro de mim”* (p.17). Fato constatado nas narrativas dos participantes da pesquisa, em que todos se reconhecem e se identificam como surdos, trazendo a LIBRAS como a característica fundamental de diferenciação dos surdos em relação às pessoas com deficiência auditiva e aos ouvintes. Este posicionamento é visto até mesmo no discurso de quem utiliza também a oralização para se comunicar e, em alguns momentos, demonstra aproximação com o universo ouvinte e de expressão oral: *“quando eu vejo . . . e . . . aprendendo LIBRAS eu fico muito feliz, porque isso significa que você está se comunicando comigo aprendendo LIBRAS, se comunicando comigo agora, ouvintes. Conversar com surdos é aprender conhecimentos e comunicação sobre surdos.”*; *“Eu queria que alguém me dissesse,*

. . . , eu vou usar libras para falar com você, mas nunca ouvi essa frase, então como me sinto é triste, por dentro, mas para melhorar isso é difícil, difícil de ter superação” (E.2., surdez profunda, LIBRAS e oralização).

Ainda que a identidade surda seja saliente e enaltecida pelos surdos engajados culturalmente, é importante frisar que as trajetórias atravessam contextos e grupos diversos, visto que as identidades não se constituem de maneira estática (Perlin, 1998, 2003; Laurenti & Barros, 2000; Hall, 2006). Neste sentido, diferentes tipos de identidades foram expostos pelos participantes e que estão em consonância com ideia presente na literatura de que a movimentação social dos surdos favorece a constituição de variações de identidades surdas (Perlin, 1998).

Neste ponto, cabe destacar que além do reconhecimento da pertença à categoria surdos, outras categorias como gênero, raça, profissão, com papéis sociais diversos se fizeram presentes. Identidades que os constituem como entes sociais, que perpassam pelo campo da identidade social de surdos, como representado na seguinte narrativa: “*Então eu imaginei que era preciso começar a batalhar e começar a fazer pedagogia, me empoderar para que comessem a me respeitar como surda. (...) Eu ficava pensando o seguinte: o surdo pode ser médico, o surdo pode ser pedagogo, pode ser o que ele quiser se formar*” (E. 4, surdez profunda, LIBRAS).

Dentre os tipos de identidade surdas narradas pelos participantes em nosso estudo foram identificados os “surdos políticos” (E. 1, 3, 4, 5) e um surdo “híbrido” (E. 2), utilizando as definições de identidades surdas de Perlin (1998, 2002). Os considerados surdos de identidades políticas foram os que se comunicam visualmente, através da língua de sinais, além de entenderem a surdez como diferença e de estarem presentes em movimentos sociais em prol da comunidade surda. O surdo classificado como híbrido se reconhece como surdo, mas também escolhe o caminho da oralização em muitas situações, conforme exemplificado na seguinte fala:

Também, eu não tinha comunicação oral, não tinha como poder bater papo, eu só tinha um pouquinho. Então eu fui pensando o seguinte: como eu ia fazer no futuro? Como eu ia trabalhar, fazer as coisas, sem entender nada? Então eu escolhi a oralização para melhor comunicação junto com meus amigos ouvintes, aí eles me ensinavam a oralizar e eu aprendi. Minha família também me ensinava bastante e eu ia aprendendo e desenvolvendo conhecimento e várias habilidades em relação à oralização e à Libras também. (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização)

Principalmente quando analisamos além do ambiente educacional, vemos diferenças nos posicionamentos dos participantes, que podem estar ligadas às características de suas identidades:

Outra coisa: não tem surdos para a gente conversar às vezes, eu sempre encontro ouvintes para conversar, os surdos ficam muito longe – tem que marcar. São pessoas diferentes, de várias vidas diferentes. Infelizmente eu percebo que os surdos que entendem oralização, que sabem português, são ótimos, se entendem, se encontram com outros surdos, os que não tem esse conhecimento é um pouco complicado, é diferente (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização).

Ainda que o entrevistado se identifique como surdo durante a entrevista, neste relato nota-se a aproximação com a categoria ouvinte, visto que ele não percebe uma integração completa com pessoas surdas que não oralizam da mesma forma. Neste sentido, dentro da teoria de Perlin sobre tipos de identidade surda, sua identidade tem características flutuantes, por estar representada na identidade do ouvinte em muitos momentos. Por outro lado, o surdo sinalizante, traz um sentimento de satisfação estando em contato com amigos surdos de forma presencial ou virtual, a partir do qual pode-se notar a importância do pertencimento categorial, na valorização e no reconhecimento da sua identidade social como surdo, bem como a dificuldade de manter o contato e encontros presenciais entre os surdos, presente nas narrativas de todos os entrevistados.

Então, no meu contato com surdos me sinto bem, porque tenho grupos no whatsapp em que contém surdos. Exemplo, em Manaus tenho grupos de surdos que tenho contato e nos encontramos, minha noiva também é de Manaus e me ajuda, faço amigos surdos, interajo sempre. O sentimento é bom com os surdos, a relação é normal. Porque também as notícias e acontecimentos sempre chegam até mim, tenho encontros na subway com amigos, chamo eles, temos intérpretes, interagimos bem. Tenho bom contato, não posso afastar, mas se eles se afastarem eu sozinho busco acessibilidade. É difícil para eu, surdo, quando existe o afastamento, ter que se comunicar pelo whatsapp para se encontrar. É difícil porque a gente pode se perder (E. 3, surdez profunda, LIBRAS).

Nas narrativas, é destacada a constante interação com os ouvintes e pouco contato com seus semelhantes no dia a dia. Ainda assim, é percebida uma grande proximidade nos grupos surdos, confirmada nas pesquisas a respeito (Perlin, 1998; Strobel, 2013; Pagnussat, 2018), motivada inclusive pela dificuldade de estarem sempre juntos presencialmente, gerando redes relacionais fortes e mantendo-os na comunidade surda, participando de associações, movimentos sociais, dentre outros.

4.2.2 Vivências intergrupais

Outro subtema que emergiu e que é relevante para desvendar os aspectos que constituem a identidade social dos surdos são as vivências intergrupais, ou seja, aquelas experiências que os surdos têm com membros de outras categorias, no caso, os ouvintes. As vivências

intergrupais entre surdos e ouvintes na sociedade podem ser marcadas por diferenças culturais, linguísticas e sociais que demarcam desafios na comunicação e interação. É notado nas narrativas que a falta de conhecimento em relação à categoria surda e à língua de sinais por parte dos ouvintes, além de dificultar a compreensão mútua, pode aparecer atrelada ao capacitismo na sociedade atual a partir de comportamentos condescendentes, ignorância em relação à cultura e identidade surda e falta de acessibilidade em espaços públicos e privados. Na Tabela 7 apresentamos os conteúdos principais percebidos nas narrativas associadas às dinâmicas relacionais intergrupais.

Tabela 7

Dinâmicas relacionais intergrupais

Relação surdo e ouvinte	Frequência
Barreiras de comunicação	100%
Invisibilidade, exclusão	100%
Impactos emocionais	100%
Percepção de falta de empatia dos ouvintes	60% (E. 3, 4, 5)
Gosta do contato com ouvintes	40% (E. 1, 2)
Amizades	40% (E. 1, 4)
Presença de empatia	20% (E. 2)
Dificuldade de fazer amizade	20% (E. 3)

As narrativas revelam percepções sobre as formas de contato do surdo com os ouvintes no contexto familiar, educacional, trabalho, entre outros espaços como exemplificado na seguinte narrativa “*Eu já tive a experiência com familiares e amigos ouvintes de precisar também chamar eles para grupos de surdos e, às vezes, percebo um pouco de preconceito porque parecem esquecer de mim e me desprezam, não tem o interesse de aprender Libras, de se esforçar*” (P. 4, surdez profunda, LIBRAS).

As narrativas trazem experiências de vidas carregadas de processos emocionais e relações complexas, que demonstram ser necessário buscar adaptações para sobrevivência e desenvolvimento, desde crianças, seja no próprio ambiente familiar ou em outros contextos, em que os surdos estão inseridos em uma sociedade predominantemente ouvinte, como explicitado na seguinte narrativa: “*Sim, desde criança. Ouvintes gritando no meu ouvido e eu, surda, não*

entendo nada, fico parada. Minha mãe grita comigo, mas eu não sei ouvir. (...) Sim, uma barreira, muito difícil. Minha avó fica fazendo mímica, eu não entendo nada, não escreve. Isso é barreira.” (P. 1, surdez profunda, LIBRAS)

No seguinte relato, embora exista a queixa anterior da dificuldade de relações próximas na infância, no próprio núcleo familiar, a entrevistada declara que construiu relações próximas, harmoniosas e de amizade com pessoas ouvintes ao longo da vida:

Primeiro, as pessoas ouvintes são meus amigos normalmente. A gente conversa, às vezes tem algumas pessoas que falam e eu não entendo nada ficam gritando, mas eu não entendo nada. Às vezes escrevem em português, não entendo as palavras – são muito juntas, não sei, é um pouco difícil. Em . . . os ouvintes também não sabem, ficam o tempo todo falando, falando, mas eu tenho contato com eles, consigo viajar, passear, dou sinal, converso normal, mas tenho barreiras com os ouvintes. Mas não tenho muitos problemas com eles não. (E. 1, surdez profunda, LIBRAS)

Em contrapartida à fala anterior, dentre o universo dos entrevistados, menos da metade (40%) discorre que possuem bons contatos e amizades com os ouvintes apesar das dificuldades linguísticas e de comunicação, diferentemente da grande frequência de interação e maior facilidade de comunicação entre os próprios surdos (amizades 80%). Foram observados nas entrevistas relatos que descrevem dificuldades de interação, de manter relações próximas e profundas de amizade com os ouvintes, ainda que se coloquem de maneira amistosa e aberta em relação aos ouvintes, o que sugere afastamento e segregação devido às barreiras existentes na comunicação “*É um pouco difícil ser amigo próximo, raramente a comunicação é boa. Só é um aperto de mão e pronto, legal. Eu não tenho amigos ouvintes, porque não entendo a comunicação, só um contato superficial, conversar o básico*” (E. 3, surdez profunda, LIBRAS) “*Por exemplo, a escrita, que eu não entendo nada quando eles escrevem. Escreve o português, eu não consigo fazer a leitura, não tenho conhecimento – essas são as barreiras*” (E. 1, surdez profunda, LIBRAS).

A dinâmica relacional entre surdos e ouvintes na sociedade é complexa e variada, pois envolve a interação entre dois grupos com culturas, linguagens e experiências diferentes. As interações entre pessoas ouvintes e surdas expõem os ouvintes à "diferença" e ao “desconhecido”, o que pode levar os ouvintes a não entender o que é oposto como algo natural, resultando na persistência da concepção de deficiência e violação da normalidade (Perlin & Quadros, 2006). Em todas as narrativas analisadas, torna-se evidente a presença de percepções de barreiras de comunicação entre surdos e ouvintes, as quais são amplamente atribuídas às diferenças notáveis. A fala a seguir narra as dificuldades enfrentadas pelos surdos no processo de comunicação com ouvintes que não sabem LIBRAS:

O que é difícil são as barreiras de comunicação em alguns lugares, por exemplo, em médicos, quando não sabem Libras, porque temos que escrever em português, precisamos ter paciência. Porque o português tem frases mais extensas. E poucas pessoas tem o conhecimento de Libras, não tem muita acessibilidade, falta empatia e precisa-se ser divulgada a Libras, ensinar as crianças desde os sete anos a língua de sinais para formar a sociedade com mais comunicação e menos barreiras. (E. 5, surdez profunda, LIBRAS)

Outro tema central é a barreira social vivenciada pelos entrevistados. Todos eles relataram episódios de exclusão e isolamento social, inclusive com a privação do uso da língua de sinais e imposição da comunicação oral nos contextos educacionais, como na universidade, que lhe é garantido por lei, privando os surdos de seus direitos, pela falta de assistência. Mesmo depois de muitos movimentos sociais que impulsionaram mudanças em direção à integração de surdos efetivamente na sociedade, esta ainda é uma realidade presente (Perlin & Quadros, 2006), ilustrada pela fala seguinte de uma das entrevistadas: *“Eram ouvintes os alunos, professores, coordenadores. Era muito trabalho, muito texto, apresentação de leis, decretos, nossa! muito difícil. Fiquei muito cansada! Precisava dos intérpretes, mas não era ofertado porque diziam “ah você sabe falar”. (...) Só tinha eu de surda, parece que esqueciam do meu espaço como surda.”* (E. 4, surdez profunda, LIBRAS)

Os entrevistados em sua maioria (60%) destacam a ausência de empatia por parte de certas pessoas ouvintes na dinâmica relacional entre surdos e ouvintes. Eles enfatizam a importância da empatia e do respeito mútuo para essa dinâmica, pois tais elementos permitem um melhor entendimento das necessidades, desejos e experiências de cada um, resultando na construção de relações saudáveis e produtivas. Isso implica no respeito da identidade, da cultura e da língua dos surdos, bem como das diferenças e semelhanças entre os dois grupos. As habilidades empáticas devem ser mútuas, devem estar presentes nas relações do dia a dia, no interesse do ouvinte em aprender a se comunicar com os surdos que sinalizam (utilizam LIBRAS), como podemos observar nos relatos seguintes:

Eu percebo que os ouvintes não entendem nada, só tem curiosidade, levam na brincadeira a LIBRAS. Porque não entendem, não tem empatia. Por exemplo, um acontecimento em que o ouvinte viu a comunicação de um surdo com um D.A., olha e acha legal mas não tem interesse em treinar para aprender libras. Outra situação, o ouvinte vê o surdo treinando, se esforçando para oralizar, mas eu sei que todos os surdos já praticam há muito tempo para tentar oralizar, mas os ouvintes não se importam, não tem interesse em aprender LIBRAS. (E 3, surdez profunda, LIBRAS);

A comunicação não é igual... Eu acho que pode ter uma coisa semelhante, não sei qual é a palavra correta, eu acho que pode ser empatia (...) o ouvinte percebe uma pessoa surda, vê que a pessoa não entende, vê se ela é capaz de fazer a oralização ou vai fazer a escrita para ajudar na comunicação. O surdo quando percebe que não tem a

comunicação, sente empatia com o outro, igual o ouvinte quando não tem a comunicação, ele também pode escrever, no whatsapp, fazer o texto e mostrar. Eu acho que a semelhança é empatia, em dar as informações (E. 2, surdez profunda, LIBRAS e oralização)

Por conseguinte, a falta de habilidade empática da comunidade ouvinte para entender os desafios, necessidades e direitos surdos de forma real gera consequências no estado emocional e afetivo dos surdos, como podemos perceber nas falas de alguns entrevistados:

O surdo nasce surdo e vai se desenvolvendo aos poucos formando sua identidade própria, tem muitas diferenças, sofrem muitas vezes e é bem difícil, ficam preocupados desde criança (E. 1, surdez profunda, LIBRAS);

Sempre tenho essas preocupações. Eu entendo que minha vida nunca foi com calma, sempre fiquei preocupado com tudo, sempre senti que tinha falta de empatia das pessoas, ficava muito preocupado com essas questões em geral com os ouvintes. Quando entro em algum lugar sempre me preocupo, é sempre igual para os ouvintes, mulheres, todos, passam na rua, tudo bem, estão tranquilos. Mas eu sempre estou andando muito preocupado. (E. 3, homem, graduado)

4.2.3 Sentimento de pertença

O sentimento de pertença é uma experiência subjetiva de conexão e identificação com um grupo social ou comunidade (Tajfel, 1981). Tal sentimento, pode levar as pessoas a agirem em conjunto de forma cooperativa e solidária, como é percebido na categoria surda, principalmente pelos que fazem uso da LIBRAS. Ao mesmo tempo, este sentimento pode estimular discriminação e preconceito contra outros grupos sociais que são percebidos como diferentes ou ameaçadores, fato não capturado nas narrativas dos surdos, ainda que exista relatos de afastamento, crítica e descontentamento em relação aos ouvintes. Possivelmente os surdos entrevistados não demonstraram comportamentos discriminatórios por se perceberem pertencentes a uma categoria desfavorecida socialmente, o que pode levar a atitudes de aceitação e/ou desenvolvimentos de estratégias para adaptar-se às condições sociais em que se encontram e integrar-se à realidade.

Os principais relatos dos entrevistados relacionados aos sentimentos de pertencimento à categoria social surdos estão associados ao uso da LIBRAS e das associações de surdos, conforme representado na Tabela 8.

Tabela 8*Sentimento de pertença*

Relatos de sentimento de pertença	Frequência
Importância da LIBRAS	100%
Associações incentivam os surdos	60% (E. 1, 3, 4)
Surdo que também oraliza	40% (E. 2, 5)
O surdo pode ter várias identidades	20% (E. 4)

Para os surdos que apresentam o sentimento de fazer parte da categoria surdo, o sentimento de pertença é muitas vezes modelado pela experiência compartilhada de ter uma identidade linguística, cultural e social específica que é diferente da maioria da população ouvinte. Perpassa, portanto, pelo reconhecimento de quem são, enquanto membros da categoria surda, nos diversos campos em que se interrelacionam - familiar, educacional, entre outros. Nas narrativas, é evidente o reconhecimento da identificação com a categoria surda como um elemento central na formação do autoconceito e da identidade pessoal. O sentimento de pertencimento à comunidade surda é fortalecido por meio da valorização da comunicação por meio da língua brasileira de sinais, na realização pessoal, da participação em associações que apoiam as causas dos surdos, programas educacionais e no empoderamento dos indivíduos surdos.

Meu sentimento é de felicidade, principalmente por causa da Libras. Também porque sentimos na pele, igual, o que ele precisa, eu também preciso, sobre o que ele chora eu também choro, sobre o que ele sorri, eu também dou risada, tudo. Os ouvintes têm empatia, mas é diferente, porque eles não vivem nossa experiência. (E.4, surdez profunda, LIBRAS);

Eu não preciso oralizar muito não, porque se eu uso LIBRAS na minha comunicação, a sociedade precisa me dar segurança na comunicação. Se eu não souber o básico da comunicação, haverá barreiras, então eu preciso usar a escrita e a oralização básica, com paciência. Mas o que eu uso mesmo é a LIBRAS. (E. 5, surdez profunda, LIBRAS);

A Libras é nossa primeira língua, é nossa valorização. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS).

É visível que os surdos que possuem conexões significativas com outros surdos, especialmente por meio do uso da língua brasileira de sinais e da participação em grupos e associações de surdos, fortalecem a identidade pessoal e social surda. Essa conexão promove

um sentimento de segurança e autoestima positiva nas relações entre os surdos com os outros e, conseqüentemente, nas relações consigo mesmo.

As interações com pessoas ouvintes também podem afetar o sentimento de pertencimento dos surdos à categoria surda. Muitos surdos relatam uma sensação de exclusão ou marginalização na sociedade ouvinte, onde a linguagem predominante é a comunicação baseada na oralidade.

Eu já vi uma pessoa ter um pouco de preconceito com meu amigo. Assim, por exemplo, tem um D.A. e as pessoas comentam “nossa, ele sabe falar em Libras mas fala muito bem oralmente. Eu observo e penso “calma, ele não ouve, como se comunica por telefone? Precisa ser bilíngue, usar Libras”. Também já aconteceu de me questionarem “por que você usa Libras? É muito cansativo, por que não coloca implante coclear?” E eu penso que eles não entendem, a Libras é nossa primeira língua, é nossa valorização. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS)

Por outro lado, a interação com ouvintes por meio da oralização pode ser uma fonte de adaptação, convivência, fortalecimento e conexão num ambiente majoritariamente ouvinte, como conseguimos observar no tópico sobre Estratégias de enfrentamento.

4.2.4 Ser surdo universitário

Considerando as pessoas surdas como entes sociais, que fazem parte de diversos grupos além da categoria surda, é importante destacar a experiência do surdo no contexto universitário. Na Tabela 9, encontram-se resumidamente aspectos que surgem nos relatos que abordam a vivência de ser um estudante universitário surdo. Esses relatos evidenciam situações de inclusão, exclusão e barreiras percebidas pelos próprios entrevistados, tanto em relação à pessoas conhecidas quanto à comunidade surda de modo geral.

Tabela 9

Ser surdo universitário

Relatos de ser surdo universitário	Frequência
Barreiras comunicativas	100%
Recurso do intérprete	100%
Inclusão	60% (E. 1, 2, 5)
Exclusão	60% (E. 2, 3, 4)

No contexto universitário, torna-se evidente a relevância e importância da língua brasileira de sinais e do auxílio do intérprete no processo de desenvolvimento cognitivo, social e educacional, constituindo-se um importante recurso para a inclusão e uma porta de entrada para a universidade. Todos os entrevistados compartilharam que em suas trajetórias a universidade proporcionou acesso a intérpretes, o que contrasta com suas experiências anteriores na escola, nas clínicas, hospitais e outros ambientes:

(na universidade) Foi muito melhor, porque tem inclusão com as pessoas, não tem muitas barreiras. Na escola não tinha nenhum intérprete, a gente era só surdo e pronto, era muito triste para mim nas escolas, eu não me encontrava com nenhum surdo, não tinha inclusão... Na escola era tudo muito básico, não tinha muito desenvolvimento, eu me comunicava, mas não tinha muita interação, tinha muita ajuda. Mas com a LIBRAS eu comecei a abrir a mente, esclarecer, conquistar, desenvolver, através do curso de Letras-LIBRAS. Antes eu não tinha experiência em nada, era atrasada em tudo, perdia tudo, não tinha comunicação, mas com o curso eu consegui me comunicar. (E. 1, surdez profunda, LIBRAS)

Uma narrativa interessante sobre a mediação feita pelos intérpretes foi do entrevistado 3, que escolheu não utilizar o serviço de tradução oferecido pela universidade e utilizar principalmente recurso da leitura e escrita para se comunicar, estudar e aprender:

Quando comecei a faculdade ofereceram um intérprete de Libras, eu agradei mas não quis, porque na faculdade eu não conhecia os intérpretes, alguns podiam não saber explicar matemática, física, várias disciplinas difíceis para explicar, então preferi não aceitar. Seria muito difícil entender o curso com o intérprete, então preferi não aceitar. Não queria ficar colado no intérprete nesse contexto, porque o intérprete junta muitas informações, e eu não queria ficar junto com ele nesse contexto. Uma outra coisa, nos cursos de educação física, fisioterapia, é fácil ter intérprete ensinando, mas o curso de engenharia civil não dá certo, porque é muita matemática, muito cálculo, muitos números, entendeu? (E. 3, surdez profunda, LIBRAS)

A educação bilíngue de surdos determina o ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o português escrito como segunda (*Lei nº 9.394, 1996*). Visão que enaltece a educação no formato bilíngue, entendendo que este é um caminho para que o(a) surdo(a) possa se adaptar na sociedade e realizar atividades importantes para seu desenvolvimento é acolhida por quase todos os participantes, com exceção do entrevistado 2 da amostra:

Então eu imaginei que era preciso começar a batalhar e começar a fazer pedagogia, me empoderar para que comessem a me respeitar como surda. (...) Eu ficava pensando o seguinte: o surdo pode ser médico, o surdo pode ser pedagogo, pode ser o que ele quiser se formar, então desde criança ele precisa conhecer o português, precisa conhecer a Libras, precisa se comunicar nas suas duas línguas. Se não tiver o português, só tiver Libras, é um desafio, como vai interagir na escola, escrever, fazer prova, fazer o Enem? Mas hoje, eu penso na adaptação da comunicação para os surdos. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS)

Para os surdos é muito importante o contato com a língua de sinais desde criança, visando a interação com pessoas semelhantes para estimular a experiência visual, meio natural de comunicação dos surdos, a aquisição de conhecimento através dessa experiência e o sentimento de ser como as outras crianças (Strobel, 2013). Entretanto, ainda que exista o entendimento da necessidade de uma educação inclusiva no Brasil, presente nas legislações, a implantação efetiva encontra dificuldades políticas e administrativas, como “falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infra-estrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência” (Sant’Ana, 2005, p.228).

4.3 Estratégias de enfrentamento

Além dos temas anteriormente analisados, as estratégias sociocognitivas e emocionais adotadas pelos participantes para enfrentar as barreiras encaradas pelos surdos na sociedade foram explicitadas nas narrativas. Duas foram as estratégias principais de enfrentamento observadas nos discursos: caracterizadas como Movimentos individuais e Movimentos coletivos.

4.3.1 *Movimentos individuais*

Nas narrativas foram observados mecanismos individuais de enfrentamento adotadas diante dos desafios da surdez. Movimentos que vão desde seus núcleos familiares, em direção a alguma mudança dentro do grupo ao qual o surdo pertence, ao visualizarem problemas relacionados à barreiras de comunicação, dificuldades de interação com grupos ouvintes, preconceito, dentre outros. A Tabela 10 apresenta as principais estratégias de movimentos individuais adotadas pelos entrevistados surdos.

Tabela 10

Movimentos individuais

Relatos de movimentos individuais	Frequência
Ensinar LIBRAS aos surdos que não sabem	100%
Ensinar LIBRAS aos ouvintes	100%
Usar a escrita para se comunicar	100%
Estudar sozinho	40% (E. 2, 3)
Aprender a oralizar	40% (E. 2, 5)

Percebe-se em todas as narrativas dos surdos movimentos individuais no sentido de integração com os ouvintes, aceitação e inclusão mediante o ensino de libras para os surdos e ouvintes que não sabem, bem como usar a escrita para se comunicar. Todos buscaram maneiras de se adaptar aos desafios de comunicação, como uma estratégia de mudança de posição social individual, ainda que seja transitando de um grupo a outro. É interessante ressaltar que o movimento do indivíduo pode provocar alterações no seu campo social em geral, como foi percebido na atitude de ensinar LIBRAS aos surdos que não sabem, relatada por todos os entrevistados, o que promove integração e proporciona que todos possam se sentir pertencentes à categoria. Além disso, ajuda no desenvolvimento cognitivo dos surdos, favorecendo a busca de conhecimento e de abertura para vivências variadas.

No relato a seguir, a estratégia adotada para ajudar na quebra de barreiras comunicativas foi ensinar LIBRAS para os ouvintes, movimento que depende da disposição e interesse do ouvinte:

Letras-LIBRAS é muito importante, precisamos estudar, precisamos aprender para divulgar, porque os ouvintes também precisam aprender e juntar com a gente. Por isso eu quis estudar, porque a gente não pode ficar sem conhecimento, não ligar para LIBRAS. A gente precisa ter calma, ajudar os outros, ensinar o básico de LIBRAS para a gente poder se comunicar com os ouvintes, para acabar com as barreiras. A gente ensinando o básico é muito bom, as pessoas aprendem, ficam felizes, há desenvolvimento e propagação de conhecimento com LIBRAS. Os surdos precisam aprender para no futuro eles terem conhecimento, quebrar barreiras e haver inclusão. (E. 1, surdez profunda, LIBRAS).

Outro exemplo de estratégia adotada foi a identidade híbrida entre as duas categorias, surda e ouvinte, haja vista a habilidade do entrevistado de entender a oralização como a maneira mais adequada para seus objetivos, de acordo com suas experiências de vida:

Eu me sentia às vezes só, então eu pensei “como eu vou fazer para me desenvolver? Com a oralização e a escrita”. Então, eu escolhi mudar minha mentalidade e também escolhi estudar sozinho, em casa e na escola. Então eu fui aprendendo a oralização e a libras, o inglês também, até o ensino médio. Chegou o curso de graduação e eu fui me desenvolvendo e aumentando meu conhecimento. (E. 2, surdez profunda, oralização e LIBRAS)

Tal entrevista (E. 2) apresenta um posicionamento mais conformado às segregações e discriminações sofridas, ainda que expresse sentimentos negativos quanto a isso. Percebe-se uma estratégia de autoproteção através da negação de atitudes de preconceito e situações de exclusão nítida que ele já sofreu em sua trajetória. Nota-se que este entrevistado escolheu o caminho da oralização como estratégia para driblar movimentos de exclusão por parte dos ouvintes, que ele percebe como situações naturais, aparenta aceitar esta estrutura e buscar

formas de se adaptar. Assim, entende que, ao aprender a oralização e o português escrito, se desenvolve melhor cognitivamente e academicamente.

4.3.2 Movimentos coletivos

A segunda estratégia adotada pelos entrevistados foram os movimentos coletivos realizados pelos surdos dentro da própria comunidade surda. Chamados de movimentos coletivos porque são em prol dos direitos da categoria, são voltados a causas sociais importantes para a comunidade surda. A partir do entendimento da categoria como minoria social, e da tomada de conhecimento dos seus direitos não atendidos e da relação instável com os ouvintes, os entrevistados trouxeram recursos aprendidos e até mesmo desenvolvidos por eles nas suas trajetórias. A Tabela 11 mostra os conteúdos relatados sobre estratégias de grupo adotadas pelos entrevistados. Nestas narrativas há conteúdos sobre os movimentos coletivos em prol dos surdos.

Tabela 11

Movimentos coletivos

Relatos de movimentos coletivos	Frequência
Valorizar e difundir a LIBRAS	100%
Participar de associações de surdos	60% (E. 1, 2, 3)
Difundir a educação bilíngue	40% (E. 4, 5)
Reivindicar direito de ter intérpretes nos locais públicos	20% (E. 5)
Promover palestras	20% (E. 4)

Como observado na tabela acima, todos os entrevistados possuem discursos engajados nas causas surdas, em prol dos seus direitos como usuários da LIBRAS como língua oficial, direitos de interação entre surdos nas escolas desde criança, formação bilíngue, respeito nas instituições públicas, serviço de intérpretes nas escolas, universidades e outros espaços.

Os movimentos destacados foram identificados como coletivos por serem realizados pelos entrevistados e/ou seus grupos em direção de mudanças dentro da categoria surda, ao considerarem os desafios compartilhados pelos seus membros. As atitudes relatadas foram tomadas principalmente no ambiente educacional, como a estratégia da participante 4, de promover palestras sobre o universo da surdez dentro de sua universidade, como forma de difundir conhecimento sobre a cultura surda aos colegas ouvintes:

Então eu comecei a explicar, batalhar, apresentar, ensinar. Demorou bastante, 2 anos até eles despertarem e começarem a pesquisar sobre o tema . . . Então eu comecei a fazer vídeos, fotos, textos, e apresentar junto com o intérprete. Eu falava “por favor, é muito importante ter palestras sobre Libras”. Só tinha eu de surda, parece que esqueciam do meu espaço como surda. Mas eu batalhei bastante, até conseguir e agora já vou me formar, graças a Deus. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS)

Fora do âmbito educacional, é importante destacar a falta de conhecimento de LIBRAS pelos profissionais de saúde e a inacessibilidade ao recurso do intérprete em locais públicos, como clínicas e hospitais. O direito a este recurso não é conhecido por todos e é pouco disseminado pela própria comunidade surda, sendo importante ser compartilhado, como é relatado por uma das entrevistadas:

Eu sou professora, já tive experiências em que eu sabia que tinham leis específicas, em médicos, mas eles não se importam, não estão nem aí, não acham importante a comunidade surda. Sabemos que temos as leis governamentais, mas saber é diferente da prática, precisamos dos intérpretes nos locais públicos, nos médicos, porque se observarmos, às vezes os surdos entram no local e não tem direcionamento, acessibilidade, e ficam calados. Se o surdo souber que nos médicos é necessário a acessibilidade através das leis existentes e não forem atendidos, podem entrar até com processo na justiça. (E.5, surdez profunda, LIBRAS)

Os movimentos coletivos são forças que impõem os membros da categoria a se fortalecerem enquanto categoria e, conseqüentemente, fortalecem suas interações e suas identidades sociais. Isto é bastante notado nas participações em associações de surdos conforme relatos dos entrevistados:

É bom que a gente aprende, joga futebol, se desenvolve. Não pode ficar em casa, ficar oco, sem aprender nada, ver coisas, ter comunicação, ter interação com os outros. Ficar em casa? Ficar dependente, só em casa? Não! Bora, sair de casa, aprender, conviver. Isso é muito bom, através da associação. (E.1, surdez profunda, LIBRAS);

A associação tem trabalho, orientações, relaxamento. Alguns familiares ouvintes ficam por lá, no telefone, porque dentro da associação o combinado é só falar em Libras, pois a maioria lá é surda. Várias coisas que o surdo precisa a associação tem, pois tem o objetivo de incentivar todos os surdos. (E. 4, surdez profunda, LIBRAS).

É perceptível que os movimentos coletivos desempenham um papel crucial no empoderamento e no fortalecimento dos membros da categoria surda, permitindo-lhes alcançar objetivos comuns e lutar por interesses compartilhados. Ao unir forças, esses movimentos não apenas ampliam a voz dos indivíduos dentro da categoria, mas também enriquecem suas interações e fortalecem suas identidades sociais. Através do trabalho conjunto e da solidariedade, essas forças coletivas tornam-se uma poderosa ferramenta para alcançar

mudanças significativas e alcançar um senso de unidade e pertencimento que chega a transcender as fronteiras individuais.

Capítulo 5

5 Considerações finais

A realização desta pesquisa permitiu analisar a identidade social das pessoas surdas, especialmente daqueles que estão no ensino superior ou já passaram pela universidade. Dessa forma, por meio das entrevistas realizadas com estudantes surdos universitários ou já graduados, foi possível compreender a importância da LIBRAS como um elemento central para a construção da identidade social surda e perceber outros fatores envolvidos neste processo, como os contextos em que a pessoa está inserida e o impacto da estrutura social majoritariamente ouvinte. O que ficou ainda mais visível a partir dos relatos foram as percepções dos surdos entrevistados em relação a si mesmos e aos outros, ouvintes e surdos, e como estas percepções são afetadas pelos contextos e estrutura social. Um ponto importante observado são as diferenciações que existem dentro da própria categoria de pessoas surdas, ocorridas devido aos seus históricos e trajetórias, que marcam principalmente a maneira com que eles se comunicam e se relacionam, gerando múltiplas identidades surdas.

Os resultados demonstraram também a importância da educação bilíngue, que envolve a língua de sinais e a língua escrita da categoria ouvinte, fundamental para garantir a inclusão plena dos surdos sinalizantes na sociedade e, em particular, no ambiente acadêmico. Foi constatado que a falta de acesso a recursos, como o serviço de intérpretes nas escolas, universidades e outras instituições, pode limitar o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes surdos, assim como as atitudes discriminatórias e preconceituosas podem afetar negativamente sua identidade e, em alguns momentos, foi percebido o impacto na autoconfiança e autoestima.

Um ponto importante para se destacar é a literatura apontar que os ouvintes se distanciam ou agem de forma discriminatória quando tem contato com surdos devido à falta de acesso ao conhecimento sobre a cultura surda e a língua de sinais. Algumas narrativas levantadas também trazem opiniões parecidas, colocando as pessoas surdas como exclusivamente responsáveis pela difusão da língua de sinais, tendo a necessidade de se adaptarem aos ambientes ouvintes usando recursos alternativos para se comunicarem. Questiono até que ponto estamos reproduzindo comportamentos preconceituosos devido à real ignorância e pouca oportunidade de contato com o desconhecido, ou simplesmente estamos

acostumados ao primitivo comportamento de negligenciar, rejeitar e até mesmo agredir o que desconhecemos como parte de nós.

Os resultados evidenciaram ainda a importância da comunidade surda e das redes de apoio, como familiares e amigos, na construção da identidade social dos surdos, ao mesmo tempo que apontam os próprios familiares e amigos, especialmente os ouvintes, como preconceituosos em relação aos surdos. É também perceptível que ao mesmo tempo que movimentos de exclusão, discriminação e privação de direitos geram insegurança para os surdos, a troca de experiências com outros surdos e a participação em grupos e eventos da comunidade surda fortalecem a identidade social e a autoestima dos surdos.

É importante ressaltar a contínua luta dos próprios surdos, especialmente os escolarizados e sinalizantes, pelo respeito e cumprimento de seus direitos e pela inclusão nos ambientes em que passam. Percebe-se essa luta como um processo constante de conscientização e mobilização social por parte dos próprios surdos durante suas trajetórias. É necessário que a sociedade como um todo, incluindo instituições de ensino, empresas e órgãos governamentais, reconheçam a diversidade linguística e cultural dos surdos e promovam ações efetivas de inclusão e acessibilidade. Neste sentido, cabe salientar as limitações para a realização desta pesquisa, que iniciam com o pouco conhecimento da Língua Brasileira de Sinais por parte da pesquisadora, mas se tornam mais fortes na etapa de busca dos participantes, com a inacessibilidade do recurso do intérprete e dos contatos de pessoas surdas por parte da UFBA. Além disso, na etapa da coleta de dados, o fato dos surdos estarem se comunicando com uma pesquisadora ouvinte no momento da entrevista pode ter interferido no conteúdo que expressaram a respeito da categoria ouvinte.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o avanço das discussões sobre a identidade social das pessoas surdas e para a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão e do respeito e empatia às diferenças. Espera-se que seja um passo importante para que os espaços sociais sejam cada vez mais abertos para que as diferenças sejam compartilhadas e (re)conhecidas no contato e interação, como foi feito no processo de coleta de dados desta pesquisa. A partir dos resultados encontrados, foi notada a importância de serem realizadas pesquisas futuras com o objetivo de aprofundar os aspectos emocionais envolvidos no processo de constituição da identidade pessoal e social de pessoas surdas.

Referências

- Alfinito, S. & Corradi, A. A. (2011). Contato intergruppal: Conflito realístico, privação relativa e equidade. In V. T. Cláudio & R. N. Elaine (Orgs.), *Psicologia Social: Principais temas e vertentes*. (262 - 286). Artmed
- Allport, G. W. (1971). *La naturaleza del prejuicio*. Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Bisol, C. & Sperb, T. M. (2010) Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (1), 7-13.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100002>
- Bosse, R. O. & Goes, R. M. (2017). Aprisionando o outro: história infame e estereótipos dos brasileiros surdos. *Seminário brasileiro de estudos culturais e educação 7; Seminário internacional de estudos culturais e educação 4*. Canoas.
 EDULBRA.http://www.2017.sbece.com.br/resources/anais/7/1494855176_ARQUIVO_Artigo-RicardoeRenata_Completo.pdf
- Campbell, D.T (1958). Common fate, similarity, and other indices of the status of aggregates of persons as social entities. *Behavioural Science*, 3(1), 14-25.
<https://doi.org/10.1002/bs.3830030103>
- Cikara, M.; Fiske, S. T. & Glick, P. (2009). Ambivalent Sexism at Home and at Work: How Attitudes Toward Women in Relationships Foster Exclusion in the Public Sphere. *ResearchGate*. 18, 444 – 462. [10.1093/acprof:oso/9780195320916.003.018](https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195320916.003.018)
- Cosmides, L. & Tooby, J. (1992). Cognitive adaptations for social Exchange. In J. H., Barkow; L. Cosmides & J. Tooby (Org.), *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture*.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.

- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2007). The BIAS map: Behaviors from intergroup affect and stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(4), 631–648. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.92.4.631>
- Decreto nº 5.626, de 2 de dezembro de 2005 (2005, 2 de dezembro). Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* Brasiliense.
- Doise, W. (1978). *Groups and individuals: explanations in social psychology*. Cambridge University Press.
- Duch, W. (2017). Kurt Lewin, psychological constructs and sources of brain cognitive activity. *Cornell University*. <https://arxiv.org/abs/1711.01767>
- Fiocruz (2021, 27 de setembro). Dia Nacional dos surdos: data relembra conquistas e desafios para inclusão. *Informe ENSP*. <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/52189>
- Fiske, S.T. & Taylor, S.E. (1984). *Social Cognition*. Addison-Wesley
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Bookman.
- Garcia, V. G. (2011). As pessoas com deficiência na história do mundo. *Deficiente ciente*. <https://www.deficienteciente.com.br/as-pessoas-com-deficiencia-na-historia-do-mundo.html>
- Gesser, A. (2008). Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. *Trabalhos em linguística aplicada*. 47(1), 223-239. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132008000100013>.
- Gesser, A. (2009) LIBRAS: *Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. Parábola Editorial.
- Hall, S. (2006) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª edição, DP&A.

- Humphries, T. (1991). An introduction to the culture of death people in the United States: contente notes & reference material for teachers. *Sign Language Studies, Gallaudet University Press*, 72. 209-240. <https://doi.org/10.1353/sls.1991.0004>
- Hugentobler, J. & La Rochelle, E. (1885). 1 Congrès National pour L'Amelioration du sort des sourds-muets (réuni à Lyon, les 22, 23 et 24 septembre 1879). *Revue Internationale de l'enseignement des sourds-muets*, 188-195; 222-226.
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5435688r/f12.image.r=lyon?rk=21459;2>.
- Jodelet, D. (2001). Os processos psicossociais da exclus o. In S. Bader (Org.), *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e  tica da Desigualdade*. Editora Vozes.
- Laurenti, C. & Barros, M. N. F. Identidade: Questões conceituais e contextuais. *Revista de Psicologia Social e Institucional*, 2 (1).
<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>
- Lacerda, C. B. (1998). Um pouco da história das diferentes abordagens na educa o dos surdos. *Cadernos CEDES*, 19(46). <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>
- Lane, H. (1992). *A Máscara da Benevolência: A comunidade surda amordaçada*. Instituto Piaget.
- Lei n  9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educa o nacional. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Lei n  10.436, de 24 de abril de 2002 (2002, 24 de abril). Disp es sobre a Língua brasileira de sinais – LIBRAS e dá outras providências. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm
- Lei n  12.319, de 1  de setembro de 2010 (2010, 1  de setembro). Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais – LIBRAS. Presidência da República.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12319-1-setembro-2010-608253-veto-129310-pl.html>

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Lewin, K. (1948) *Problemas de dinâmica de grupos*. Cultrix.

Lima, M. E. (2020). *A Psicologia social do preconceito e do racismo*. Bluscher Open Access.

Lisboa, L. (2021, 07 de julho). Conheça a sorveteria da Barra que tem 100% dos funcionários surdos. *Correio 24 horas*. <https://www.correio24horas.com.br/salvador/conheca-a-sorveteria-da-barra-que-tem-100-dos-funcionarios-surdos-0721>

Mailhiot, G.B. (1991) *Dinâmica e Gênese dos Grupos*. Livraria Duas Cidades.

Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência e Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3275. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.

Mello, A. G., Nuernberg, A. H. & Block, P. (2014). Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In E. Schimanski & F. G., Cavalcante (Org.). *Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. Editora UEPG. https://www.researchgate.net/publication/294894346_Nao_e_o_corpo_que_discapacita_mas_sim_a_sociedade_a_interdisciplinaridade_e_o_surgimento_de_estudos_sobre_deficiencia_no_Brasil_e_no_mundo

Ministério da Saúde. (2007). Manual operacional para comitês de ética em pesquisa. *Conselho Nacional de Saúde*. https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_ceps.pdf

Ministério da Saúde. (2021). Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. *Comissão Nacional de Ética em Pesquisa*.

https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf

Ministério da Saúde (2021, 02 de agosto). Pesquisa Nacional de Saúde.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/inqueritos-de-saude/pesquisa-nacional-de-saude>

Nuernberg, A. H. (2018). Ações para promoção da inclusão das pessoas com deficiência nas organizações de trabalho. *Com ciência*. <https://www.comciencia.br/acoes-para-promocao-da-inclusao-das-pessoas-com-deficiencia-nas-organizacoes-de-trabalho/>

Oliveira, C. M.; Moraes, M. Z; Santos, T. & Casarin, M. M. (2003). Língua de sinais: uma história de restrições e conquistas. *Espaço aberto*. 20(1), 27-32.

Pacheco, J. O. (2007). Identidade Cultural e Alteridade: problematizações necessárias. *Revista Spartacus - Revista Eletrônica dos Acadêmicos do Curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul*. 1-11.

http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/pacheco_joice_oliveira.pdf

Padden, C. & Humphries, T. (1988). *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge, Mass: Harvard University Press

Pagnussat, R. (2018). A contribuição social das associações de surdos para torná-los sujeito atuante na sociedade. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste*.

<https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/17592>

Pedrosa, C. E. (2019). Construção da identidade interseccional: Uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas. *Revista do GELNE*. 21(2). 165-177. 10.21680/1517-7874.2019v21n2ID17030

Pereira, M. E. (2013). Cognição social. In L., Camino, A. R., Torres, M. E., Lima & M. E., Pereira (Org.). *Psicologia Social: temas e teorias*. Technopolitik.

- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. In V. T. Cláudio & R. N. Elaine (Orgs.), *Psicologia Social: Principais temas e vertentes* (219-227). Artmed.
- Perlin, G. T. (1998) *Histórias de vida surda: Identidades em questão*. [Dissertação de mestrado, UFRGS].
http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/historias_de_vida_surda__identidades_e_m_questao.pdf
- Perlin, G. T. (2002). *As diferentes identidades surdas*. Feneis, 4(14), 15-16.
https://issuu.com/feneisbr/docs/revista_feneis_14
- Perlin, G. T. (2003) *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. [Tese de doutorado, UFRGS]. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5880/000521539.pdf>
- Perlin, G. & Quadros, R. (2006). Ouvinte: o outro do ser surdo. In Q., Ronice (Org.). *Estudos Surdos I*. Editora Arara Azul.
- Perlin, G. T. (2013). Identidades surdas. In Skliar, C. B. (Org.) *A surdez: Um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre Mediação.
- Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010 (2010, 3 de novembro). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. https://www.udop.com.br/legislacao-arquivos/81/port_2344_pcd.pdf
- Reily, L. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. (2007). *Revista Brasileira de Educação*, 12(35), 308-326.
- Reynolds, K. J. (2012). Self-categorization theory. In P. A., Lange, A. W., Kruglanski & T. Higgins (Org.). *Handbook of theories of social psychology*. SAGE.
<http://dx.doi.org/10.4135/9781446249222.n46>
- Rodrigues, J. R. & Vieira-Machado, L. M. (2019). Primeiro Congresso Nacional para o melhoramento das condições dos surdos-mudos - Lyon - 1879. *História da Educação*.

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação.

[10.1590/2236-3459/93873](https://doi.org/10.1590/2236-3459/93873)

Sá, N. R. (2006) *Cultura, poder e educação de surdos*. Paulinas.

Sacks, O. (2010) *Vendo Vozes*. Companhia de Bolso.

Sampieri, R., Collado, C. F. & Lucio, M. P. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Mc-Graw-Hill.

Sasaki, R.K. (2013). Como chamar as pessoas que têm deficiência? *Diversa Educação inclusiva na prática*. 1-8. <http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/Como-chamar-as-pessoas-com-defici%C3%Aancia.pdf>

Silva, S. C., Gesser, M. & Nuernberger, A. H. (2019). A contribuição do modelo social da deficiência para a compreensão do transtorno do espectro autista. *Revista Educação, Artes e Inclusão*. 15(2), 187-207. <http://dx.doi.org/10.5965/1984317815022019187>

Schütze, F. (2014) Análise sociológica e linguística de narrativas. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. 14(2), 11-52. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17117>

Skliar, C. (1998). Os estudos surdos em Educação: problematizando a normalidade. In S. Carlos (Org.), *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Mediação.

Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa dos dados: conhecendo a análise temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 71(2), 51-67.

<http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>

Stangor, C. (2016). The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: a quick history of theory and research. In N. Todd (Org.) *Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination*. Psychology Press.

Strobel, K. L. (2008). *Surdos: Vestígios culturais não registrados na história*. [Tese de doutorado, UFSC].

https://www.researchgate.net/publication/266874541_Surdos_vestigios_culturais_nao_registrados_na_historia

- Strobel, K. L. (2009). *História da educação dos surdos*. Disciplina Letras-Libras. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Strobel, K. L. (2013). *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Editora UFSC.
- Tajfel, H (1981). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Vol 1. Livros Horizonte, Cambridge University Press.
- Torres, A. R. & Camino, L. (2023). Grupos sociais, relações intergrupais e identidade social. In L., Camino, A. R., Torres, M. E., Lima & M. E., Pereira (Org.). *Psicologia Social: temas e teorias*. Technopolitik.
- Torres, M.H. & Reicher, S. (2007). Categorização social y construcción de las categorías sociales. In J.F Morales., M. Moya., E.G. Stewart & I. Quadrado. *Psicologia social* (pp. 169-194). Madrid. McGraw-Hill
- Turner, J.C. (1987). A self-categorization theory. In J.c. Turner, M.A. Hogg, P.j. Oakes, S.d. Reider, & M.S, Wetherell (eds). *Rediscovering the Social Group: A Self-categorization Theory*, 42-67. Oxford and New York: Basil Blackwell
- Turner, J. C. & Onorato, R. S. (2010). Social identity, personality, and the self-concept: A self-categorization perspective. In T. Postmes & N. R. Branscombe (Eds.) *Key readings in social psychology: Rediscovering social identity*. Psychology Press.
- Turner, J. C. & Reynolds, K. J. (2012). Self-categorization theory. In P. A., Lange, A. W., Kruglanski & T. Higgins (Org.). *Handbook of theories of social psychology*.
- Valentim, J. P. (2008). Identidade pessoal e social: entre a semelhança e a diferença. *Revista Psychologica*. 47, 109-123.
https://www.researchgate.net/publication/277101454_Identidade_pessoal_e_social_entre_a_semelhanca_e_a_diferenca
- Wolbring, G. (2008). The politics of ableism. In *Development*. 51, 252-258.
[10.1057/dev.2008.17](https://doi.org/10.1057/dev.2008.17)

Apêndice A

Guia para Entrevista Narrativa Episódica (baseado em Flick, 2004)

Apresentação:

Nesta entrevista, eu vou solicitar várias vezes que você relate situações em que você se relacionou com pessoas surdas e pessoas ouvintes e pedirei que você me conte sobre experiências que passou nessas situações. Você pode contar detalhes sobre esses momentos e não precisa ter pressa, tudo que você julgar importante me interessa.

Dados demográficos:

Qual sua identidade de gênero?	<input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> Homem <input type="checkbox"/> Outras formas de identificação
Qual sua idade (em anos)?	
Como você se autodeclara quanto a raça/cor?	Amarela (Asiática) <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/>
Qual seu curso de graduação?	
Sua surdez é congênita ou foi adquirida?	
Como se comunica?	Oralizado <input type="checkbox"/> Sinalizado <input type="checkbox"/> Ambos <input type="checkbox"/>

Pergunta inicial:

Você pode me contar um pouco da sua jornada até a universidade e como tem sido a experiência no contexto universitário?

Possíveis questões para guiar a entrevista:

1. *Você pode me contar como tem sido suas relações e a comunicação com pessoas ouvintes na universidade?*

2. *E com as pessoas que tem perda auditiva, como tem sido as relações na universidade? Você pode narrar situações para descrever?*
3. *Como você prefere ser chamado: surdo ou pessoa com deficiência auditiva?*
4. *Você percebe diferenças na forma de se relacionar entre as pessoas que se denominam surdas e as que se denominam pessoas com deficiência auditiva? Caso perceba, fale sobre uma situação que você viveu em que essas diferenças podem aparecer.*
5. *Você pode me contar como tem sido sua trajetória de relações com pessoas com perda auditiva no cotidiano, em geral? Fale exemplos de situações que representem essas relações.*
 - 5.1 *O que esses momentos, normalmente, significam para você? Como você se sente?*
6. *Você participa ou já participou de algum grupo ou associação de pessoas com perda auditiva? Caso positivo, poderia falar um pouco sobre o funcionamento do grupo?*
7. *Agora você pode me contar como tem sido sua trajetória de relações com pessoas ouvintes no cotidiano, em geral? Fale exemplos de situações que representem as relações.*
 - 7.1 *O que esses momentos, normalmente, significam para você? Como você se sente?*
8. *Você percebe semelhanças na forma de se relacionar entre pessoas com perda auditiva e ouvintes? Caso positivo, fale sobre uma situação que você viveu em que essas semelhanças podem aparecer.*
9. *Os ouvintes com os quais você se relaciona reconhecem características em comum entre vocês?*
10. *Na sua opinião, como as pessoas ouvintes enxergam a maneira das pessoas com perda auditiva se relacionarem e se comunicarem? Gostaria que contasse situações que exemplifiquem.*
 - 10.1 *O que você pensa e sente sobre isso?*

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Ser surdo aos olhos do surdo”, desenvolvida por Rafaella Bitencourt Costa, discente de Mestrado em Cognição Social Dinâmicas Interacionais no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Elza Maria Techio.

O objetivo central do estudo é estudar a identidade social de pessoas com perda auditiva, a partir da consciência da pertença no grupo. O convite a sua participação se deve à importância de valorizar as vivências das pessoas com perda auditiva contadas por elas mesmas. Foi assumido, assim, o critério de pessoas universitárias com perda auditiva bilateral, oralizadas ou sinalizadas (que se comunicam com o uso da LIBRAS).

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado(a) de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Os participantes não serão identificados na pesquisa de forma direta, pois os nomes originais serão substituídos por nomes fictícios. Entretanto, caso você deseje que seu nome ou o da sua instituição conste no trabalho final, será respeitado.

A sua participação consistirá em conceder uma entrevista individual através de uma chamada de vídeo online, que necessita ser gravada. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A gravação da entrevista é condicional para a participação na pesquisa, para que possamos realizar a transcrição do material posteriormente. Por questões éticas, respeito aos participantes e aos dados colhidos, será priorizado que a entrevista seja realizada na sua língua oficial (no caso das entrevistas com surdos sinalizados, será em LIBRAS). Haverá o auxílio de um intérprete no momento das entrevistas com surdos sinalizados e também na transcrição posterior, visto que a pesquisadora não é fluente em LIBRAS. A entrevista consistirá em narrativas de momentos em que os participantes se relacionaram em grupo e as identificações que desenvolveram a partir disso. A entrevista será gravada, posteriormente transcrita e armazenada em arquivos digitais, com acesso restrito à pesquisadora e sua orientadora, além do intérprete de LIBRAS nos casos de entrevistas com surdos sinalizados. As imagens não serão usadas para publicação, apenas para a execução da pesquisa e no produto da pesquisa os participantes serão registrados de forma anônima. Os resultados da pesquisa serão divulgados na dissertação final do mestrado da pesquisadora responsável, em artigos publicados em periódicos e apresentação em eventos científicos. Ao final da pesquisa, as informações coletadas serão mantidas em arquivo por pelo menos 5 anos, e posteriormente, deverão ser destruídas, conforme as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Toda pesquisa possui riscos potenciais. No presente estudo, pode haver um risco mínimo de identificação das pessoas entrevistadas através das histórias relatadas, além da possibilidade de algum dano emocional recorrente de lembranças relatadas. Porém todos os cuidados serão tomados para a confidencialidade e no caso de danos emocionais mais intensos, serão fornecidos contatos para ajuda profissional. Além destes riscos gerais, existem os específicos a respeito do ambiente virtual, por ser um local mais exposto a compartilhamento de informações. Entretanto, será utilizada uma plataforma com criptografia para as chamadas de vídeo das entrevistas, ou seja, onde os dados são armazenados e transmitidos da forma mais segura possível. Além disso, tanto a pesquisadora quanto o(a) participante da entrevista deverão estar em ambientes privados no momento da entrevista.

Após o consentimento, será permitido o contato do(a) participante com o conteúdo dos tópicos que serão tratados na entrevista antes de responder às questões. Além disso, é garantido o direito de não responder a qualquer pergunta, sem necessidade de justificativa, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. Cabe ressaltar que o benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é estar envolvido(a) em um estudo especialmente importante e necessário para o grupo participante (pessoas com perda auditiva/pessoas surdas), tendo em vista que o conteúdo sobre os surdos será narrado pelos próprios surdos, o que caracteriza um real processo de inclusão.

Observações:

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para o(a) participante e outra para a pesquisadora, que serão enviadas para seu e-mail. As vias devem ser assinadas de maneira digital, devido o momento de distanciamento social. Desta forma, após a assinatura, o(a) participante deve reenviar uma das vias para a pesquisadora e deve manter a outra via arquivada. A entrevista acontecerá somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e apenas poderá ocorrer com a apresentação do termo, para a aprovação da entrevista.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado:

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA
Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia,
telefone (71)3283.6457, E-mail: cepips@ufba.br

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):

SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte, CEP: 70719-040,
Brasília-DF

Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879

E-Mail: conep@saude.gov.br

Nome e Assinatura da Pesquisadora

Contato com a pesquisadora responsável:

Tel.: (71) 99111-5562

E-mail: psicrafaellabitencourt@gmail.com

SALVADOR, ____ DE _____ DE 2022

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

